

SESSÕES DO PLENÁRIO

51ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de junho de 2009.

PRESIDENTE: DEP. JÚNIOR MAGALHÃES “2º SECRETÁRIO”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Virgínia Hagge, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 14 e 25/05/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 18, 20 e 21/05/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do

mandato parlamentar.

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 07 e 11/05/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Professor Valdeci, comunicando sua ausência na sessão do dia 14/05/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, como diz o adágio popular, nada como um dia após o outro.

Recordo-me, neste momento, de quando o secretário Carlos Martins veio fazer o balanço do último quadrimestre de 2008. Àquela época, mal assessorados, alguns parlamentares desta Casa disseram que eu queria tomar conta da sessão, que meus dados eram inconsequentes e inconsistentes. O próprio secretário foi à imprensa e, através de quem manda na secretaria – o Sindsefaz, ou seja, o PCdoB –, tentou me desmentir.

Vim a esta tribuna várias vezes para denunciar tudo o que eu havia questionado. E o secretário mal respondeu e se comprometeu, o que motivou a Minoria desta Casa a encaminhar uma representação e um pedido de auditoria especial nas contas do governo. Hoje, vejo o Plenário vazio; ninguém da Maioria. Oh, tristeza! Mas vamos aos fatos.

Quando denunciemos que não existia 1 bilhão em caixa, que o balanço havia sido maquiado, não imaginávamos, caros parlamentares, que o furo fosse tão grande...

O Sr. Heraldo Rocha:- Pede para filmar ali, deputado!

O Sr. GABAN:- Peço que a *TV Assembleia* dê uma filmadinha ali, no lado da Maioria, para mostrar que não há ninguém do governo aqui para debater este assunto conosco. Mostre que as cadeiras deste lado estão todas vazias; que não há sequer um membro da Situação para ouvir que eu havia dito que não existia 1 bilhão em caixa.

Pois bem, agora são os técnicos e auditores do Tribunal de Contas que dizem que não havia 1 bilhão em caixa. E pior, afirmam que há um *deficit* de 374 milhões.

Denunciamos que haviam cancelado 250 milhões em empenho. Mas os técnicos do Tribunal de Contas constataram que, na realidade, são 251 milhões. E sabe por que retiraram do sistema? Porque, se deixassem, iriam gastar muito mais do que o limite que esta Casa Legislativa havia autorizado. Gastando mais do que o autorizado por este Poder, descumpririam a meta fiscal e, assim, não poderiam assinar convênios nem contrair empréstimos. Também denunciei que não poderiam,

na medida em que estavam inadimplentes.

Então burlaram a lei. E isso é sujeito a pena.

Faço questão de apresentar, agora, alguns dados que fizeram parte do relatório do Tribunal de Contas. E estão errados, deputado Heraldo Rocha, aqueles que tentam desqualificar o conselheiro do TCE, tendo em vista, deputado Gildásio, que ele apenas colocou os dados em uma linguagem que as pessoas entendam, sobretudo a maioria da população. Ora, este governo não se diz transparente? O conselheiro, repito, traduziu numa linguagem clara o relatório feito pelos auditores do Tribunal. Então não venham com essa história de querer desqualificá-lo, não, pois dados não podem ser desmentidos. São dados reais!

Errados estavam aqueles que diziam que eu estava mal assessorado. Agora é o Tribunal que demonstra que eu estava certo. Mostra, por exemplo, que na área da Saúde seis programas apresentaram divergências entre a execução financeira e física. Isso é gravíssimo! Um deles, o projeto de Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário, chamou atenção porque a execução financeira foi de 100%. Repito, a execução financeira foi de 100%! Já a execução física, 0%! Zero por cento!

Isso é gravíssimo. Mereceria até uma CPI aqui, se esta Casa tivesse comprometimento com o Poder Legislativo. No projeto de aquisição de equipamentos para a rede pública, eles tiveram uma redução de 6,6 milhões, para aparelhar 107 unidades da rede pública ao longo de 2008, para 5,1 milhões e apenas implantaram duas unidades, ou seja, 1,86% da meta física na área de saúde. Conforme entendimento dos técnicos, eles investiram pouco mais de 16% na orçamentária.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- É muito pouco tempo, mas o que vale, Sr. Presidente, é que errados são aqueles que querem, aí sim, sem conhecimento de Orçamento, se basear em informações erradas, fabricadas dentro da Secretaria da Fazenda. Como, agora, viram o próprio Tribunal de Contas confirmar o que eu havia denunciado por escrito ao Tribunal de Contas do Estado, querem desqualificar o conselheiro.

Eu só gostaria de dizer que um ex-deputado desta Casa, Zilton Rocha, no ano de 2007, relatando as contas do governo, também não foi entendido, porque apontou uma série de ressalvas. Esse é o dever dos conselheiros do Tribunal de Contas, os quais acreditamos que irão cumprir com suas obrigações, independentemente das pressões externas. O que mais importa para esta Casa e para a população da Bahia é que este governo mascarou o balanço em torno de 1 bilhão e 200 milhões para cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é um crime, como é um crime maior ainda ter cancelado empenhos no valor de 251 milhões.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, mais uma vez, a máscara caiu, mais uma vez, o governo atinge uma série de problemas pela incompetência da gestão pública. Maquiagem de balanço, afirmada aqui pela

Bancada de Oposição, confirmada pelos auditores do Tribunal de Contas do Estado, a partir de instrumentos legais como PPA, LDO, Mensagem do governador e LOA e utilizando de sistemas disponibilizados, a análise dos instrumentos que o próprio governo havia qualificada como prioritários, primeiro, pelo ponto de vista financeiro e, depois, pelas metas físicas alcançadas.

Sr. Presidente, nas metas físicas dos diversos programas constantes do PPA 2008/2011, a sua execução foi considerada pelo Exmº Sr. Conselheiro do Tribunal como baixa, incipiente até, palavras do relator. Como afirmou, hoje pela manhã, o deputado Rogério Andrade, na reunião da Comissão de Segurança, estão maquiando também através de propaganda enganosa os programas do governo. Olha uma delas: a Secretaria da Saúde, no ano passado, é bom que se esclareça, Exmº Sr. Secretário da Saúde do Estado da Bahia, respeite o ex-governador Paulo Souto. V.Exª não tem autoridade moral para atacar o ex-governador Paulo Souto, V.Exª no passado teve 98% não executados. O próprio relator coloca a respeito do Topa, topa tudo, tem, tem tem, que está na televisão toda hora é propaganda enganosa. Diz que vai atingir um milhão o programa Topa, e sabem quanto realizou em 2008? Cento e setenta e oito mil. Como é que ele vai realizar 1 milhão em 2009? Como o governador disse que em 2009 ele vai trabalhar, já estamos com o primeiro semestre todo concluído.

V.Exª, deputado Paulo Câmera, foi um grande dirigente da CAR, graças a isso V.Exª se elegeu a primeira vez, *“no Produzir a ação Implantação do Projeto Comunitário para Geração de Ocupação, Renda e Infraestrutura foi suplementada em 77,19% e sua execução financeira alcançou 68,52%, tendo apenas atingido 1,35% de meta física”*.

Que saudade de V.Exª, deputado Paulo Câmera, mas agora já soube que V.Exª nomeou o novo superintendente da CAR, um profissional competente, como é o Dr. Pirajá, que serviu muito no nosso governo. Espero que ele sirva também, como V.Exª, neste governo.

Sr. Presidente, é mais grave do que isso e ainda não foi analisado o quadrimestre. Foi colocado aqui pela Bancada da Oposição que o governo ia ultrapassar o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito a custeio.

V.Exªs, deputados Gildásio Penedo, Paulo Azi, Sandro Régis,...

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- (...) Elmar, Luiz de Deus, têm que demonstrar desta tribuna que a Oposição estava certa, que a Oposição estava correta e que, na verdade, este governo não sabe comandar as outras categorias, também não sabe administrar as finanças do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar, representante de Mata de São João, Bahia.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srªs Deputadas, Srs.

Deputados, no Tribunal de Contas ontem, o relator das contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 2008 opinou pela desaprovação das contas. É um fato gravíssimo, e deveriam estar hoje os 63 deputados nesta Assembleia discutindo esse fato. E o que é que a gente vê? O descaso do governo e da Bancada do governo para com um fato de tamanha gravidade.

Primeiro, ela não vem ao Plenário. Aliás, esse descrédito, essa falta de importância com a qual o governo trata a Assembleia não é novidade, haja vista que esta Casa até hoje ainda não votou as contas do Sr. Governador referentes ao exercício de 2007. Até hoje o deputado Álvaro Gomes não apresentou o seu relatório sobre as contas de 2007. Deve ter alguma coisa nebulosa nessas contas também.

Esta Casa não está cumprindo o que determina a Constituição no art. 71, inciso IX, deputado Luiz de Deus, que diz que esta Casa tem que votar as contas do governo 60 dias após a emissão do parecer prévio pelo Tribunal de Contas do Estado. Eles dizem que respeitam o Legislativo, e olhe aí o exemplo que dão. Respeitam o Legislativo que nada! Subservientes, isso sim. O governo já vai para dois anos, o deputado Álvaro Gomes não se digna a dar o seu parecer, a apresentar o parecer, e o presidente da Assembleia não coloca essas contas em votação. Vou analisar, e peço ao Líder do governo - já pedi tanto...! E por que até hoje esta Casa não votou as contas de 2007, deputado Líder?

Mas o que é pior, Srs. Deputados, não tenho, até agora, uma explicação para desaprovação das contas. O que é que a Bancada do governo faz? O que os petistas fazem? O que é comum a eles, deputado Luiz de Deus: eles querem desqualificar o conselheiro Pedro Lino. Não veio até agora um debate técnico. O deputado Geraldo Simões, por exemplo, disse nos *blogs* que o conselheiro Pedro Lino estava desaprovando as contas a mando de quem o nomeou para o Tribunal. A mando de quem o nomeou para o Tribunal! E esses mesmos deputados utilizaram um parecer do conselheiro Pedro Lino sobre a Bahiatursa. Quer dizer, esse PT é de uma arrogância... Esse PT é de uma falta de postura sem tamanho. Eles querem o aparelho de Estado para os seus interesses: tudo pode quando a lei beneficia os petistas e tudo é proibido quando essa lei não os beneficia; quando essa lei é usada contra os seus adversários... Quando o conselheiro Pedro Lino apresentou relatório contra a Bahiatursa, os petistas de então saudavam o conselheiro Pedro Lino. Hoje, o conselheiro Pedro Lino sofre uma tentativa de ser ridicularizado pela Bancada do governo nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Deputado Álvaro Gomes, cumpra com as suas obrigações e traga o parecer sobre as contas do governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou falar aqui do parecer do conselheiro porque só tive conhecimento pelos jornais. Mas, eu

gostaria de falar aqui de um assunto que foi matéria, no último final de semana, sobre a escolha das sedes da Copa de 2014 aqui no Brasil, deputado Luiz de Deus. Aqui na Bahia, que foi escolhida como uma das subsedes, eu às vezes me pergunto: uma cidade que há 10 anos não consegue terminar o “autorama”, o “ferrorama”, que é o metrô que vai ligar o Campo da Pólvora ao final da Bonocô... Dez anos para construir, segundo o deputado João Carlos Bacelar, esse “ferrorama”...

Lendo os jornais de ontem, segundo as imposições da Fifa, deputado João Carlos, até o final de 2012, portanto, daqui a três anos, menos de três anos, toda a infraestrutura, estádios, avenidas de transportes têm que estar concluídas. E eu pergunto, deputado Gildásio, uma cidade que, em dez anos, não conclui um metrô de cinco quilômetros, como, em menos de três anos... Uma cidade que tem a orla mais feia do Brasil, e as autoridades competentes não resolvem, porque a orla já se transformou, há muito tempo, numa favela; uma cidade onde as autoridades competentes não resolvem o problema do aeroclube... Eu me pergunto: nesta cidade que ninguém consegue mais trafegar a não ser perdendo horas e horas, em qualquer trecho, em qualquer horário, e a tendência é piorar cada vez mais, porque com a quantidade de carros entrando no trânsito diariamente, carros sendo vendidos em 80 prestações de R\$ 200,00, R\$ 300,00, portanto, com todo mundo podendo comprar seus veículos, mas as mesmas avenidas e os mesmos viadutos; e esse projeto de metrô que está há 10 anos para ser concluído e nada. Pergunto-me: vamos ter condições de em menos de três anos fazer toda a infraestrutura necessária para abrigar aqui os jogos da Copa de 2014?

Ninguém mais do que eu torce para que o presidente Lula ajude a este Estado, que tem a terceira população do Brasil, e agilize a liberação das verbas para o governador e o prefeito, que sabemos que não têm condições e recursos suficientes para realizar essas obras, que vão demandar, segundo a reportagem, alguns milhões em menos de três anos, quando hoje temos problemas em todas as áreas, para não falar nas áreas prioritárias: saúde e educação.

Torço, como tenho certeza que todos os colegas deputados torcem também, para que em menos de três anos consigamos atender às exigências impostas pela FIFA para este Estado sediar jogos da Copa do Mundo em 2014. Repito mais uma vez: segundo a imprensa, menos de três anos é o prazo dado. No final de 2012 todas essas obras precisam estar concluídas, senão vamos ter problemas.

Deputado João Carlos Bacelar, duvido muito, mas torço, como tenho certeza que V.Ex^{as} também torcem, para que consigamos, nesse tempo tão exíguo, realizar tudo o que esta cidade está precisando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o deputado Misael Neto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, temos uma sessão importante hoje. Hoje, e pela primeira vez na história da Bahia, o

governador tem as contas rejeitadas, em parecer, pelo Tribunal de Contas.

Diante dos motivos contidos no parecer, deputado João Carlos, acho que seria afrontar a inteligência de qualquer homem desaprovar um relatório substanciado como o que foi apresentado aqui pelo conselheiro Pedro Lino.

Mas gostaria de chamar a atenção aqui, primeiramente, do meu Líder, deputado Heraldo Rocha; do Líder do governo, deputado Waldenor Pereira; do relator das contas de 2007, deputado Álvaro Gomes; e do presidente da sessão em exercício, 2º Secretário desta Casa, deputado Júnior Magalhães, que constantemente temos chamado a atenção, na Comissão de Finanças, para a morosidade do deputado Álvaro Gomes na apresentação do relatório da prestação de contas do governador Jaques Wagner do exercício de 2007. Ontem, já nos chamou a atenção que as contas de 2008 chegarão a esta Casa em breve, deputado Heraldo Rocha, para as apreciarmos, e até o presente momento não julgamos ainda aqui, na Assembleia, as contas de 2007.

Ora, sobre as contas do governo do Estado, diz a Constituição do Estado, deputado João Carlos Bacelar, no art. 71, inciso IX, que cabe a Assembleia Legislativa julgar as contas prestadas pelo governador em até 60 dias, deputado Heraldo Rocha...

O Sr. Heraldo Rocha:- Já tem quanto tempo?

O Sr. MISAEL NETO:- Já vamos há mais de dois anos, e as contas de 2007 não chegam para ser julgadas. Temos até 60 dias e até o presente momento, nada. E mais: a penalidade para essa morosidade, deputado Heraldo Rocha, está prevista no Regimento Interno desta Casa. No parágrafo 4º do artigo 84, deputado Heraldo Rocha, *“Esgotados os prazos previstos neste artigo o Presidente da Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado ou Comissão, deverá incluir a proposição na Ordem do Dia, designando relator para proferir parecer oral, se este não tiver sido emitido.”*

Aqui está meu requerimento, deputado Júnior Magalhães. Se V.Ex^a não se achar nas condições, já que está exercendo a Presidência na ausência do deputado Marcelo Nilo, que convoque o deputado Marcelo Nilo, que desça à sessão para designar, agora, para que alguém da Comissão de Finanças faça o Parecer oral das contas de 2007, porque essas contas foram aprovadas com ressalvas, e até o presente momento não temos relatório.

Imagine, deputado Heraldo Rocha, as contas de 2008, que o Parecer prévio do conselheiro Pedro Lino, muito aplaudido pela Oposição do passado, por deputados que hoje fazem a Bancada de Governo, quando atacavam o governador Paulo Souto, era aplaudido de pé, eram lidos os seus pareceres aqui desta tribuna. E hoje esses deputados chamam de pirotecnia, até em desrespeito à figura do conselheiro.

Então, deputado Paulo Câmara, V.Ex^a que tem sido o mentor intelectual de todas, até mesmo impossíveis, da Bancada de Governo, pode ser o relator das contas de 2007. Agora, foram vencidos todos os prazos. V.Ex^a não vai querer segurar essa “batata quente” das contas de 2008.

Deputado Paulo Câmara, quero a sua atenção e a do deputado Waldenor. Todos os prazos regimentais e constitucionais desta Casa já foram vencidos. É

preciso urgência para a aprovação das contas de 2007, porque logo mais chegarão as contas de 2008 para serem julgadas.

Era isso que tinha a tratar na tarde de hoje, deputado Heraldo Rocha e Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Nobre deputado Misael Neto, é procedente o vosso requerimento, fundamentado no artigo 84, mas este artigo, no seu parágrafo 4º diz: *“Esgotados os prazos previstos neste artigo o Presidente da Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado ou Comissão, deverá incluir a proposição na Ordem do Dia, designando relator para proferir parecer oral, se este não tiver sido emitido.”*

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Portanto, queria solicitar a V.Ex^a que encaminhe o requerimento ao presidente, já que o Regimento diz claramente que é da competência e da responsabilidade do presidente da Assembleia.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 min.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais parlamentares, na realidade o tema de hoje e a polémica diz respeito ao ponto de vista de um dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, é bom aqui ressaltar, acerca das contas do Estado da Bahia, colocando e sugerindo a rejeição com base em algumas questões que considera graves.

Mas só para pegar um ponto que é considerado como dos mais polémicos e um dos motivos, porque é claro que isso vai ser analisado com mais cuidado, os demais conselheiros têm pontos de vista divergentes, existem outras interpretações. Um dos pontos que é considerado como um dos mais graves é a questão do cancelamento dos empenhos, vejamos o que aconteceu: o governo Paulo Souto em 2004, cancelou R\$ 198 milhões; em 2005, cancelou R\$ 210 milhões; em 2006, R\$ 228 milhões e em 2007, R\$ 64 milhões.

Portanto, cai por terra o argumento do conselheiro e dos parlamentares que estão aqui defendendo esse ponto de vista, porque, na realidade, tudo foi feito dentro das normas legais, dentro da lei de responsabilidade fiscal. Agora, é direito de cada conselheiro, é direito do relator, colocar o ponto de vista que achar mais interessante. Por exemplo, deputado Waldenor, só para se ter uma ideia: eu assumi aqui o mandato em 2003. O relatório do conselheiro Pedro Lino, de 2002, constava que eu tinha recebido a verba de subvenção social, isso foi publicado nos grandes jornais e não foi feita a retificação. Nem deputado eu era! Passou como sendo verdadeiro que eu tinha utilizado a verba de subvenção social, mesmo sem eu ser deputado na época.

Então, é preciso analisar esses relatórios com muito cuidado e de forma criteriosa. Esse é o ponto de vista de um conselheiro, estou citando um exemplo concreto porque foi o próprio conselheiro Pedro Lino quem fez esse relatório colocando que eu tinha utilizado a verba de subvenção social sem ser deputado. Nada

contra usar a verba de subvenção, não teria problema nenhum usar. O fato concreto e objetivo é que na época eu nem era deputado e constava como deputado.

Então, o relatório tem que ser analisado de forma criteriosa, consultar outros conselheiros. Nós parlamentares precisamos analisar, também, isso de forma criteriosa...

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) para que possamos, realmente, tomar uma posição.

E, só concluindo, nobre deputado Elmar, o relatório de 2007 já está pronto há muito tempo, agora, tem dificuldade de funcionamento da Comissão de Finanças, mas o relatório já está pronto há muito tempo e é um relatório muito criterioso, feito por mim, com muito rigor e com certeza V.Ex^{as} irão endossar, aprovar e votar favorável a ele.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Junior Magalhães):- Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, caro amigo, deputado Heraldo Rocha, subo a esta tribuna, primeiro, para dizer a esta Casa, deputado João Carlos Bacelar, que eu me assustei com as ofensas do secretário da Saúde ao governador Paulo Souto.

O Secretário Jorge Solla, que não tem moral para ofender um político da altura de Paulo Souto. O secretário Jorge Solla que deveria explicar, deputado Luiz de Deus, o seu contrato de consultoria internacional na Sesab e ele mesmo como secretário, secretário Jorge Solla que deveria explicar, deputado João Carlos Bacelar, o envolvimento da sua sub-secretária Tânia Pedrosa e da sua consultora Aglaé na questão da morte do servidor Neilton.

Pergunto aqui: qual é a moral e a estatura que esse secretário tem de se dirigir e questionar o governador Paulo Souto?

Esse secretário deveria explicar, deputado Luiz de Deus, os altos índices de morte por dengue e meningite em nosso Estado, e as pessoas que estão morrendo nas filas dos hospitais. O secretário deveria ler, deputado João Carlos Bacelar, o relatório do conselheiro Pedro Lino que aponta diversas irregularidades na gestão da saúde em nosso município, e não ficar procurando factoides e desculpas pela sua incompetência de gerir os recursos públicos e a saúde em nosso Estado. Deputado Luiz de Deus, esse secretário deveria explicar à sociedade por que as dispensas de licitações na Secretaria de Saúde. Ele deveria explicar por que a Bahia é um dos estados mais afetados pela dengue.

Mas ele para fugir, deputado Gildásio Penedo, das suas responsabilidades, para fugir da sua incompetência administrativa quer imputar e agredir um homem da estatura do ex-governador Paulo Souto. O secretário deveria se respeitar, o secretário deveria respeitar a Bahia e os baianos. Deputado Heraldo Rocha, sem sombra de dúvidas, o secretário Solla é o grande cabo eleitoral do governador Paulo Souto. O

secretário Solla é o pior secretário que tem neste governo Jaques Wagner, essa é que é a realidade. Ele deveria olhar os problemas dele de frente e esquecer o passado. A Bahia e os baianos não aguentam mais esse discurso de herança maldita, não aguentam mais esse discurso de culpar os gestores passados.

Vamos encarar os problemas de frente, vamos resolver as questões da saúde do nosso Estado, vamos esquecer o passado, deputado Elmar Nascimento, até porque os baianos e a Bahia já começam a comparar o antes e o momento, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Magalhães):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Então, Sr. Secretário Jorge Solla, V.Ex^a tem que se respeitar, V.Ex^a para falar do ex-governador Paulo Souto tem que trabalhar muito por este Estado. O que V.Ex^a faz, com a sua incompetência na gerência da Secretaria de Saúde, é matar os baianos.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elmar Nascimento, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, ontem foi um dia histórico neste Estado. O voto exarado pelo relator, conselheiro Pedro Lino, sobre as contas do exercício de 2008 do governo do Estado da Bahia, mais do que confirmar as denúncias que a Oposição vinha reiteradamente fazendo acerca de determinados pontos desses números, em especial na Comissão de Finanças, e corroborar essas questões levantadas, representa um sério agravamento demonstrando que o caos implantado nas finanças estaduais é muito maior do que nós pensávamos.

Quero destacar alguns pontos que vínhamos tratando aqui nesta Casa, especialmente na Comissão de Orçamento. Afirma o conselheiro que por si só, em face dos números tabulados, o implemento da atividade governativa já se apresentava no mínimo insuficiente para merecer o conceito de gestão pública responsável. E fala do custeio que o governador aumentou relativamente de 2007 para 2008, ou seja, dentro da sua própria administração, em cerca de 15%, ou seja, deputado Luiz de Deus, 1 bilhão e 300 milhões de custeio. E o Orçamento que votamos nesta Assembleia previa investimentos do governo da ordem de 1 bilhão e 300, isto é, aniquilou totalmente a capacidade de investimento do Estado.

Isso levou a outro tema recorrente neste Legislativo: o cancelamento de empenhos. E o conselheiro chega a uma conclusão muito mais grave do que a que nós tínhamos: a de que o cancelamento de empenhos autorizados pela autoridade competente em cada uma das secretarias estaduais não poderia ter sido feito pela Secretaria da Fazenda. Isso implica em muito mais do que desobedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal: implica em crime previsto no Código Penal e que o Sr. Secretário da Fazenda deve ser responsabilizado. Mostrou o que denunciávamos aqui, deputado Luiz de Deus: a maquiagem nas contas governamentais. Dizíamos que o

governo estava quebrado e não tinha, como o secretário disse aqui nas audiências, 1 bilhão e 300 milhões em caixa. Aí ele juntou tudo quanto é recurso: do Fundeb, de transferências constitucionais da União, do caixa único do Estado. E, quando você retira os recursos da Saúde, da municipalização, de transferência para transporte escolar, esse tipo de recurso de transferência constitucional involuntária, o déficit no caixa da Bahia de 2007 para 2008 é de 375 milhões. O impacto de pessoal nunca foi juntado.

REDA. V.Ex^a, deputado Álvaro Gomes, sempre falou, e os deputados da Oposição ao nosso governo também, do Regime Especial de Direito Administrativo. V.Ex^{as} aumentaram o REDA em 28% elevando o custo para 353 milhões de reais. Deputado Luiz de Deus, esse é o custo do REDA.

As contas do Fundeb. Isso não é separado e é utilizado para mostrar que há saldo no caixa do governo estadual.

O relatório é muito grande. Muitos são os pontos a serem discutidos nesta Casa, todos a demonstrar um quadro de absoluta irresponsabilidade fiscal, de quebra da máquina pública, de maquiagem. E mais do que tudo, segundo as palavras do conselheiro Pedro Lino, de conduta tipificada no Código Penal que enquadra o secretário da Fazenda à responsabilidade do Ministério Público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, eu sei do empenho de V.Ex^a em fazer funcionar as comissões desta Casa, sempre quis cumprir com minhas obrigações, mas nós enfrentamos uma dificuldade na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Em primeiro lugar, já cansei de pedir ao presidente da Comissão de Finanças, que tem feito todos os esforços e como não gosto de fazer as coisas pelas costas, faço às claras, na frente das pessoas, gostaria de pedir ao deputado Álvaro Gomes, que tem sido um deputado diligente e foi designado relator das contas do governo de 2007. Nunca nesta Casa as contas passaram de um ano para o outro.

O deputado Álvaro Gomes é um dos deputados mais competentes desta Casa, que apresente o relatório à Comissão até por escrito, porque ele disse e assumiu na Comissão que já está com o relatório pronto. Houve sessão anteontem e não apresentou. Há dois meses que o presidente da Comissão Finanças, Fiscalização e Controle cobra o relatório das contas de 2007. Nós estamos, Sr. Presidente, a não cumprir com a nossa obrigação. Temos o parecer do conselheiro Zilton Rocha pela aprovação das contas. Gostaríamos de analisar as contas de 2007, mas estamos impossibilitados.

Peço a interferência, a intervenção de V.Ex^a. junto ao deputado Álvaro Gomes para que regimentalmente não sejamos obrigados a utilizar de outros meios. O

presidente da Comissão de Finanças inclusive já manifestou que se na próxima sessão não for apresentado, vai substituir o deputado Álvaro Gomes. Eu sei que deve ser difícil, deputado Álvaro, porque muita matéria se reproduz no que está escrito no relatório de 2008, eu sei que a tarefa de V.Ex^a é muito difícil, para poder encontrar saídas e muitas coisas foram alertadas.

Foi pior, deputado Álvaro Gomes, segurar, porque muita coisa que está alertada no parecer prévio do conselheiro Zilton Rocha, viu-se repetir agora. A falta de um controle interno correto, o aumento do número de REDAs, enfim, uma série de advertências feitas pelo conselheiro Zilton Rocha foram novamente constatadas agora, o que leva ao opinativo do conselheiro Pedro Lino pela rejeição. V.Ex^a é um deputado que não pode manchar a sua carreira para tentar proteger quem quer que seja. V.Ex^a tem maioria na Comissão de Finanças, mas eu gostaria que a nossa comissão cumprisse com o nosso dever.

Por isso, Sr. Presidente, para encerrar, peço a interferência de V.Ex^a no sentido de solicitar ao deputado Álvaro Gomes, sob pena até de substituição, talvez seja o deputado que mais tenha relatado projetos nesta Casa e não há justificativa plausível para que fique seis meses na mão de um deputado as contas do governo, o parecer do conselheiro Zilton Rocha para se emitir o parecer.

Por isso, Sr. Presidente, faço essa questão de ordem para solicitar gentilmente a intervenção de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou conversar com o presidente da Comissão de Finanças, me inteirar do assunto, e posteriormente informarei a V.Ex^a.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, minhas denúncias aqui nesta Casa, em diversos momentos, foram desqualificadas pela Base do governo, que chegou a dizer aqui que eu sempre fazia denúncias vazias. Provei a primeira vez, utilizando o parecer do conselheiro Zilton Rocha, porque o meu compromisso é com a verdade. E a folha secreta, Dr. Jorge Solla, que o senhor instalou em sua secretaria, existia, o conselheiro Zilton Rocha, mostrou que existia e o governo se calou.

Agora, mais uma vez, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, venho comprovar, o que denunciei aqui em janeiro também foi confirmado pelo Tribunal de Contas do Estado. Em janeiro, denunciei aqui o cancelamento de 250 milhões em bens liquidados, feitos pelo governo Jaques Wagner através da Secretaria da Fazenda, manobra não de um economista, mas de um guarda-livros, porque a Fazenda, na Bahia, é administrada como se quem estivesse à sua frente fosse um guarda-livros.

Essa anulação colocava em risco o ajuste fiscal realizado pelos governos anteriores. Disse aqui que o governo Jaques Wagner estava cancelando empenhos liquidados e a denúncia foi negada pela base do governo. Quando disse aqui,

também, que o governo estava utilizando recursos do Funprev e recursos vinculados para pagar a folha de dezembro e o décimo terceiro, o deputado Álvaro Gomes, que não quer o título de deputado engavetador – por isso, ele vai apresentar esse relatório com urgência –, disse que a minha denúncia era vazia e que não havia correspondência com a realidade.

Pois bem, em março apresentei aqui os primeiros casos de empresas de pequeno e médio portes que executaram serviços rodoviários e paralisaram as suas atividades por falta de capital de giro, porque não receberam o que o estado estava devendo, colocando em risco cerca de 20 mil empregos. Mais uma vez, a base do governo disse que eu estava fazendo uma denúncia vazia. Mostrei que somente o Derba devia, na época, R\$ 100 milhões.

Ontem, durante a apresentação do relatório do conselheiro Pedro Lino, a minha “denúncia vazia” foi confirmada. O Estado cancelou, pelo menos, R\$ 251 milhões em empenhos após a despesa ter sido liquidada com data de movimentação de 30 e 31 de dezembro de 2008.

Esse é o governo da mentira, é o governo da falsidade, é o governo que tem entre o discurso e a prática uma distância abissal, é o governo que maquia os seus balanços. Num país sério, maquiador de balanço tem de estar é no xadrez. Hoje, o deputado Álvaro Gomes, na reunião da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, dizia que a causa da violência é o crime de colarinho branco que fica impune. Quero ver agora o deputado Álvaro Gomes me dizer o que se deve fazer com maquiador de balanço. O que é, deputado Álvaro Gomes?! Isso é crime de colarinho branco, repito, crime de colarinho branco!

Os antigos sindicalistas estão na elite, deputado Álvaro Gomes! Todos bebendo vinhos caríssimos! E não sou contra quem bebe vinho caríssimo, não, nos restaurantes da cidade! É a sua elite, deputado Álvaro Gomes!

(O deputado Álvaro Gomes se manifesta fora do microfone. Inaudível.)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Concorde, deputado Álvaro Gomes. Os crimes de colarinho branco têm de ir para o xadrez; agora, todos, não só aqueles que estão na crise do capitalismo, não! Não só os de olhos azuis, não, deputado Álvaro Gomes! Se houver afrodescendente fazendo crime de colarinho branco, tem de ser preso também, deputado Álvaro Gomes!

Pois bem, neste Estado se maquia balanço! Neste Estado, a Assembleia recebe informações falsas do governador Wagner e de seus secretários. Para o Estado assegurar o resultado primário de R\$ 1 bilhão e 437 milhões, eles anularam esses empenhos porque, na verdade, o resultado primário na Bahia era da ordem de R\$ 1 bilhão e 185 milhões.

E os criminosos de colarinho branco na Bahia estão, aí, impunes, deputado Álvaro Gomes.

Com o aparte o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado João Carlos, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento e dizer-lhe que, inicialmente, iria aguardar o pronunciamento oficial do Tribunal de Contas e de todos os seus conselheiros para emitir um parecer

conclusivo sobre esse assunto, mas é claro que já está mais do que comprovado que o governo fez, efetivamente, uma maquiagem das contas, e disso não há dúvidas. Pelos dados dos técnicos do Tribunal de Contas, que balizaram o voto do conselheiro Pedro Lino, não resta a menor dúvida quanto a isso.

O que estranho, deputado João Carlos – e não posso conter a minha indignação –, é a posição de alguns defensores do governo, que – veja V.Ex^a –, até o momento, não fez nenhum tipo de análise dos dados técnicos contidos no relatório do conselheiro Pedro Lino. Mas, ainda ontem à noite, alguns dos seus próceres já partiram para um discurso político, na tentativa de desqualificar esse relatório. Isso é inaceitável, deputado João Carlos, é tentar banalizar uma investigação e um voto que está revestido de dados técnicos.

Chegou a ser cômico, deputado João Carlos, o pronunciamento do deputado Zé Neto, que, de maneira agressiva, afirma que este governo não poderia ter as suas contas rejeitadas, porque é transparente. Aí é querer brincar com a verdade!

Este governo pode ser tudo, menos transparente, e V.Ex^a sabe disso! Aliás, a Oposição já está, há dois anos, solicitando, cobrando do secretário da Fazenda a senha de acesso às contas do Estado, aquela mesma senha, deputado Arthur Maia, que foi objeto de acordo feito entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ainda na gestão do ex-governador Paulo Souto, mas que até hoje o governo atual se recusa a fornecê-la aos deputados e à Assembleia Legislativa.

Este governo se diz transparente, entretanto faz com que o deputado Álvaro Gomes, um dos deputados mais respeitados desta Casa, deputado João Carlos, se transforme no maior engavetador de projetos da história desta Assembleia. Esse mesmo deputado, que possui tantos títulos nobres neste Parlamento, vai ter também o título de maior engavetador de pareceres sobre projetos nesta Casa.

Pela primeira vez na história, já estamos, há dois anos, sem julgar a primeira conta do governador Jaques Wagner, a qual foi aprovada, com muitas ressalvas, é verdade, mas veio com recomendação do Tribunal de Contas para que fosse aprovada.

Aliás, se V.Ex^a avaliar essas contas de 2007, deputado João Carlos, verá nelas as digitais, os indícios que levaram, neste momento, o voto pela rejeição delas. Vou entrar no mérito desta questão quando tiver conhecimento do voto dos outros conselheiros.

Mas não posso deixar, neste momento, ao apartear V.Ex^a, de registrar dois pontos: o primeiro é que está comprovada a maquiagem das contas públicas, deputado João Carlos! A gestão pública na Bahia foi, durante muitos anos, referência em nível nacional, mas agora o governo do PT se vê numa situação como essa.

Não posso aceitar isso, como não posso aceitar também esse discurso baixo, mesquinho, tentando politizar o voto embasado em dados técnicos.

De parabéns V.Ex^a.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, deputado Paulo Azi. O aparte de V.Ex^a está incorporado.

Deputado Paulo Azi, os autointitulados de Esquerda, a vanguarda do atraso no

Brasil – a vanguarda do atraso, deputado Álvaro Gomes! –, sentia sangue na boca quando um empresário era encontrado maquiando balanço. Quando isso acontece, o que essa autointitulada Esquerda pede logo: “Cadeia! Cadeia!”

O deputado Álvaro Gomes diz que praticante de crime do colarinho branco é o causador da violência. Então, deputado, tenho certeza de que V.Ex^a, já que não vai querer o título de engavetador de parecer, defenderá também a cadeia para quem maquiou o balanço do Estado. Até porque esse é um criminoso maior, tendo em vista que é quem cuida do dinheiro do povo...

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Antes de conceder os apartes aos deputados Heraldo Rocha e Elmar Nascimento, devo dizer, primeiro, que o secretário da Fazenda foi notificado pelo relator, conselheiro Pedro Lino, para informar sobre a competência do agente responsável pelo cancelamento dos empenhos. Segundo, que o conselheiro pediu que o secretário informasse o fundamento legal para o cancelamento dos empenhos. Terceiro, os motivos de fato e de direito e demais razões técnico-jurídicas que levaram essa secretaria – ou o “guarda-livros” – a promover os atos. Quem faz um negócio desse não é um secretário da Fazenda, isso é prática de guarda-livros da década de 40 no interior do Estado.

Pois bem, em resposta, o “guarda-livros” justificou apenas como “ajustes de encerramento de exercício”. Ajustes?! Quem faz ajuste de encerramento de exercício é praticante de crime do colarinho branco.

Com um aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Em primeiro lugar, gostaria de comunicar à Casa que a Oposição está em processo de obstrução. PT saudações!

Quanto ao parecer, o relatório do conselheiro Pedro Lino corrobora uma série de denúncias formuladas pela Bancada da Oposição. Senão vejamos: em relação à maquiagem do Orçamento, como nós defendemos aqui, ele terá de responder, mesmo fora do prazo, no dia 9, na audiência pública provocada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E aí vem uma área que é uma pérola. Na Saúde, por exemplo, um dos setores que mais criticamos na Assembleia, estava prevista a construção de dois hospitais. Já deveriam estar prontos 98% da obra, mas o Estado não conseguiu realizar 2%.

Outro programa citado foi o Premar, convênio celebrado no governo Paulo Souto para conservação de rodovias. Deste, só 4,4% foram executados. Aí vem o Topa, programa concebido para erradicar o analfabetismo na Bahia, mas que só alfabetizou 171 mil jovens em 2008. Então, na verdade, deputado João Bacelar, é o “guarda-livros”... Aliás, como bem afirmou o deputado Luiz de Deus, colocaram, sem nenhum demérito para essa profissão, um pedreiro para tomar conta do jardim do Palácio de Ondina.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Deputado Heraldo Rocha, citando esses dados, V.Ex^a já me deixa preocupadíssimo com o próximo relatório, quando a obra da Fonte Nova entrar. Pituaçu custava 21 milhões, acabou por quanto? Negócio bom é construir estádio. Para a Fonte Nova estão previstos 450 milhões; por quanto

essa obra sairá neste governo?

Deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Agradeço pelo aparte. Apenas para ilustrar, quero ler um trecho do voto do conselheiro Pedro Lino na sessão de ontem. Com relação ao crime, deputado João Carlos Bacelar, que V.Ex^a se refere, diz ele: “A decisão de agentes da Secretaria da Fazenda em estornar empenhos liquidados, retirando injustificadamente da contabilidade do Estado os registros dessas despesas regularmente realizadas, em prejuízo do interesse público e de credores da Administração, não apenas fere os princípios constitucionais – legalidade, economicidade, boa fé, transparência e razoabilidade – como, indo além, parece também estar circunscrito no tipo previsto no art. 313A do Código Penal *in verbis*: ‘Inserir ou facilitar funcionário autorizado a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano’ (Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos.”

Isso aqui é uma coisa simples, deputado João Carlos Bacelar. O sujeito prestou um serviço, vendeu uma mercadoria ou executou uma obra, emitiu a nota fiscal, é atestado pela secretaria correspondente, é liquidado, é autorizado o pagamento, vem o secretário, depois, para dizer que a despesa é inidônea. A única despesa inidônea que havia era aquela do escândalo de corrupção que foi descoberto com a Polícia Militar, dos veículos, e essa, injustificadamente, foi a única que foi paga; e não foi paga pela Polícia Militar, não. Está aqui no relatório; foi paga diretamente por ordem da Secretaria da Fazenda, diretamente pela Secretaria da Fazenda.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Qual o nome da empresa, deputado?

O Sr. Elmar Nascimento:- A empresa é Júlio Simões Logística. É a única que poderia ter sido cancelada e é, justamente, a única que foi paga, não pela secretaria correspondente, mas diretamente pelo Tesouro Estadual, por ordem da Secretaria da Fazenda.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Ainda bem que foi paga lá na Fazenda; pior é se fosse na Administração. Essa licitação a que V.Ex^a se refere passou pela Administração.

Mas vimos, como eu disse, denunciando isso, que grande parcela da sociedade baiana, totalmente cooptada pelo governo Wagner, nem abordava a questão. Aqui, é fraude em cima de fraude. Vale lembrar que esta Casa, por boa fé ou subserviência, 15 dias atrás, aprovou aquele pedido de empréstimo e, para que houvesse aquele empréstimo, esses dados foram fraudados, porque, se já tivesse sido demonstrado que o Estado não tinha atingido o seu superávit primário, ele não poderia tomar esse dinheiro nos bancos internacionais. Não foi atingida a meta para o resultado primário do Estado, fixada nas metas fiscais da LDO, que era de 1 bilhão e 342 milhões.

Na lei orçamentária, eles, mais uma vez, reduziram o limite do resultado primário, tudo isso para mostrar um mar de almirante, quando estavam já totalmente

perdidos na condução das finanças públicas estaduais. Destruíram, em um ano, em um ano, todo o trabalho de saneamento das finanças do Estado da Bahia. Este governo não tem responsabilidade fiscal e não tem competência técnica, não tem competência técnica para gerir os destinos da Bahia.

É um governo que manda para esta Casa projetos de reajuste de salários de servidores sem saber o impacto disso na folha de pagamento, é um governo que fica lá feito ilhas isoladas, se digladiando para os seus caprichos políticos, para atender, apenas, aos interesses eleitores. Mais outra fraude, o procedimento adotado pela Sefaz subavaliou o saldo da conta de Restos a Pagar e a despesa orçamentária realizada no período.

Quem se lembra, deputado Arthur Maia, da primeira audiência em que o secretário da Fazenda veio a esta Casa, na Comissão de Finanças, e reclamou do “restos a pagar” que recebeu do governador Paulo Souto. Um ano depois, esses “restos a pagar” já estavam nas nuvens. E o pior é que, para nós deputados e para a sociedade, eles subavaliaram.

O governador tem culpa nisso também, porque todos sabemos que é omissor nas tarefas administrativas. Tenho certeza que se perguntarmos agora ao governador qual o saldo na conta do Estado ele não saberá responder, porque não acompanha as atividades do Estado. E é por isso que isso ocorre!

Um governador que não despacha com seus secretários, que não supervisiona as atividades dos seus secretários... Na Secretaria de Infraestrutura, por exemplo, ele nem passa por perto, porque quem manda lá não é ele e, sim, outra pessoa; na Secretaria de Turismo, é a mesma coisa, e assim sucessivamente.

(Lê) “Segundo o relatório do conselheiro Pedro Lino, 'A prática adotada pela contabilidade governamental brasileira determina o reconhecimento e respectivo registro de todo o principal de dívidas fundadas ou consolidadas no passivo permanente, inclusive aquelas parcelas vincendas nos 12 meses subsequentes à data do balanço patrimonial, que em verdade, constituem compromissos de curto prazo.'

Ainda segundo o relatório, 'O valor a ser amortizado no curto prazo, que, segundo o Orçamento do Estado para 2009 totaliza R\$ 1.171.356.642,00, deveria ser divulgado detalhadamente no balanço patrimonial ou, pelo menos, em notas explicativas, já que foi incluído no Orçamento do ano seguinte. Dessa forma, ter-se-ia melhor clareza das informações apresentadas pela contabilidade governamental, conforme já comentado nos relatórios das contas governamentais de exercícios anteriores'.”

E até agora só temos visto tentativas do governo de desqualificar o conselheiro Pedro Lino e o Tribunal de Contas do Estado.

Deputado Waldenor Pereira, os jornais e *blogs* desta cidade trazem uma declaração emblemática do deputado Geraldo Simões: “O conselheiro emitiu esse parecer a mando de quem o nomeou para o Tribunal.” Essa é a resposta que os petistas dão. Mas esses se calaram quando o conselheiro Pedro Lino apresentou nesta Casa um relatório condenando a Bahiatursa na administração passada. Fizeram festas e disseram que o conselheiro era independente, esclarecido, fiscalizador e austero.

Nada como um dia após o outro!

Temos o relatório do conselheiro Pedro Lino, mostrando que o Estado maquia as suas contas e que há crime de colarinho branco no governo do Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- A minha questão de ordem se justifica porque pretendemos votar hoje, se possível, importantes projetos, com a anuência, a concordância e a participação da Oposição.

Quero, publicamente, solicitar ao deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, a devida compreensão para votarmos com dispensa de formalidades o projeto de lei que institui no âmbito do Tribunal de Contas do Estado o Ministério Público especial. Trata-se de uma reivindicação do conselheiro presidente Manoel Castro, que me procura e, nesse sentido, gostaria de destacar, em primeiro lugar, a possibilidade da dispensa de formalidade desse projeto.

Em segundo lugar, também outro projeto que já tramita nesta Casa, mas que ainda não se encontra na Ordem do Dia, diz respeito ao interesse do Ministério Público. Dr. Lidivaldo Britto nos procura frequentemente, trata-se do reajuste dos salários dos servidores do Ministério Público, e também temos de votá-lo com dispensa de formalidade.

Deputado Heraldo Rocha, eu queria conclamar V.Ex^a, com a sua atitude sempre de conciliação e de diálogo, para votarmos o projeto de lei autorizativa e também um outro que contempla todos os deputados desta Casa, envolvendo mais de 100 entidades de utilidade pública, que são merecedoras da nossa atenção, para aprovarmos tantos projetos de lei de utilidade pública de diferentes entidades, encaminhados por diferentes parlamentares, como a lei autorizativa que permite ao Estado o repasse de recursos a essas entidades previamente reconhecidas de utilidade pública por esta Casa Legislativa.

Portanto, queria fazer essa ponderação nesta questão de ordem e convidar o deputado Heraldo Rocha, na condição de Líder da Minoria, para que pudéssemos assinar esse requerimento dispensando as formalidades, apreciarmos e votarmos esses projetos do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado: a Lei Autorizativa e os projetos de lei de utilidade pública de interesse de diferentes parlamentares.

Tenho certeza de que o deputado Heraldo Rocha será compreensivo a respeito desses projetos, que são de interesse de outros poderes e também de parlamentares, não são de interesse do Poder Executivo, para que pudéssemos, através da dispensa de formalidades, ainda hoje votarmos esses projetos que acabei de enumerar.

Essa é a nossa questão de ordem, Sr. Presidente. Agradeço.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de conceder a questão de ordem ao deputado Heraldo Rocha, gostaria de registrar a presença, nas galerias Paulo

Jackson, dos alunos do Colégio Estadual Edson de Sousa Carneiro, do programa Escola do Legislativo. Gostaria de saudá-los. (Palmas)

Questão de ordem ao Líder da Oposição, o nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, eu, ouvindo a solicitação do Líder do Governo, a quem nós temos o maior respeito, também tenho, como tinha o deputado Gildásio Penedo, uma preocupação que é ouvir meus pares. Eu não sou líder de mim mesmo, sou líder da minha Bancada e tenho por característica discutir com ela todo e qualquer projeto que esteja na pauta de votação. Estou aprendendo isso com o PT. Não faço tantas reuniões como eles, mas tenho feito reuniões a respeito disso.

Quero dizer ao nobre deputado Waldenor Pereira que temos também mais um projeto, que é o da Escola da Magistratura, que eu solicitei e requeri na Ordem do Dia. Então, tem o projeto do Tribunal de Contas do Estado, o projeto do Ministério Público. Há pouco recebi um telefonema, e agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente, quando as pessoas me consultam e V.Ex^a, que é um democrata, um magistrado, tem que ouvir os deputados Pedro Alcântara, Heraldo Rocha e Waldenor Pereira.

Quero dizer a V.Ex^a que, quanto ao projeto do Tribunal de Contas do Estado, acabei de falar com o presidente Manoel Castro e disse a ele que a nossa Bancada tem o maior interesse em votar, como tem interesse no Ministério Público, na Escola da Magistratura e na Lei Autorizativa. Mas hoje a Bancada de Oposição, Sr. Presidente, está em obstrução. Pode ser que na segunda-feira ou amanhã, reunindo a Bancada, nós não estejamos. Mas hoje, como disse, estamos.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Portanto, nós só podemos votar esses referidos projetos se houver dispensa de formalidades. Quero dizer que colocarei na Ordem do Dia para serem votados na terça-feira, pois aí independem de dispensa de formalidades os projetos do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público.

Deputados Waldenor e Heraldo, esses projetos serão votados na terça-feira porque aí independem de dispensa de formalidades e já estão nos prazos regimentais. As matérias do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público serão votados na próxima. Para votarmos hoje, é obvio que precisaremos da dispensa de formalidades.

Gostaria de informar aos Srs. Deputados que vamos votar hoje os seguintes projetos de autoria parlamentar já com a dispensa de formalidades: o projeto de lei 15.919/2007, do deputado Gilberto Brito, que estabelece a obrigatoriedade de devolução do valor referente à matrícula em caso de desistência do curso pelo aluno e dá outras providências. Vou designar o deputado João Carlos Bacelar para relatá-lo.

Votaremos também o projeto de lei 16.006/2007, de autoria da deputada Ângela Sousa, que institui o Dia sem Álcool no âmbito do Estado da Bahia. Designarei o deputado Gildásio Penedo, da Comissão de Justiça. Quando é da Oposição, eu gosto de colocar um do governo.

O projeto de lei 13.253/2003, de autoria do deputado Júnior Magalhães, que torna obrigatória a exibição de filme publicitário esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais, em todos os cinemas do Estado da Bahia.

Vou designar o deputado Álvaro Gomes para relatar essa matéria.

O projeto de lei 13.722/2003, de autoria do deputado Zé Neto, que autoriza o governo do Estado da Bahia a instituir o Programa de Incentivo à Criação de Sebos de Livros Literários e Didáticos Públicos.

O Sr. Paulo Azi:- Esses projetos já passaram na Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda a razão. Já passaram na Comissão de Constituição e Justiça, mas falta na Comissão de mérito. Então vou designar posteriormente, vez que V.Ex^a tem razão. Já passaram na Comissão de Constituição e Justiça e agora tem de ser na Comissão de mérito. Vou ver quais são as específicas e designar novos relatores. Agradeço ao deputado Paulo Azi por essas informações, que são procedentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PCdoB para falar ou indicar orador por 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Câmara por até 10 minutos.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Nobres colegas, Sr. Presidente, eu vou concordar com os discursos dos meus amigos e colegas da Bancada da Oposição sobre a questão da desqualificação feita aqui, se é que foi uma desqualificação, ao conselheiro-relator das contas de 2008 do governo. Não acho que é esse o caminho, até porque entendo que não se pode confundir pirotecnia com desqualificação. Pirotecnia é uma coisa, desqualificação é outra. Por exemplo, o convite feito estranhamente pelo professor Roberto Lago, da Faculdade de Artes, Ciência e Tecnologia (Facet) convidando os alunos daquela faculdade a comparecerem à audiência pública do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o parecer prévio do relator. É um fato inusitado.

O mais interessante é que ele encerra o convite assim: “Venho estimulando o comparecimento dos alunos das disciplinas que leciono a essas e outras sessões públicas do Tribunal de Contas do Estado da Bahia”. Eu queria saber quais são as outras sessões públicas. Quais são as outras sessões públicas a que o professor Roberto Lago convida? É uma pergunta. Isso pode ser feito como pirotecnia, eu até concordo, mas não pode ser feito como desqualificação do conselheiro, que teve, por exemplo, a questão das contas da Bahiatursa, R\$ 101 milhões, sobre as quais aqui eu fiz minhas suposições na época.

Agora, não posso também desprezar uma nota de um *blog* que fala em evento pirotécnico e descreve algumas ações que podem ser classificadas, sim, como pirotecnia. Que podem, sim, ser classificadas como elemento político na condução da política interna do Tribunal. Isso é outra questão.

Na questão técnica, o conselheiro Pedro Lino, e agora citando o seu nome, realmente tem demonstrado, ao longo dos anos, ser coerente. A única pergunta que

faço nessa questão da coerência é simples. Por exemplo, nós temos com clareza que ele diz, por escrito, que o relatório preenche os requisitos formais da Secretaria do Tesouro Nacional e da Lei de Responsabilidade Fiscal, está escrito por ele no relatório. Mais que isso, nobres colegas, o nosso conselheiro, independente, que tem sido ao longo dos anos, fala com clareza, explicita com clareza o cancelamento dos empenhos. Cancelamento sobre o qual, hoje e ao longo do tempo, deputados diversos têm aqui falado, enfaticamente o deputado Gaban.

Mas o conselheiro Pedro Lino, dentro da sua coerência, cita em seu relatório, na página 100, na versão preliminar... Esse é outro detalhe em que eu não vou entrar aqui. Isso não é parecer prévio. Isso é versão preliminar. É preciso que os deputados entendam que o parecer prévio não foi apresentado. Está aqui: “Versão preliminar”. Na página 100, “Cancelamento de empenhos: disponibilidade financeira de recursos vinculados do exercício de 2004 a 2008”. E aí, nobres colegas, está escrito por nosso conselheiro: “2004, 198 milhões; 2005, 210 milhões; 2006, 228 milhões; 2007, 64 milhões”. 2008, o número que todos nós conhecemos. E qual é o problema? Por que isso virou motivo de caixa de pancada em cima do governo Jaques Wagner? Foi feito aqui, escrito pelo conselheiro. Cinco anos, e nunca se disse nada.

Nunca ninguém alertou sobre esse procedimento, achando ilegalidade nesse procedimento, essa é a diferença. A pergunta que eu tenho, nobre Líder, é cadê o procedimento ilegal, se durante dez anos ninguém nunca contestou isso? Por isso eu citei a Secretaria do Tesouro Nacional e a Lei de Responsabilidade Fiscal. e por isso eu cito as dezenas de audiências públicas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal nesta Casa, com todos os deputados de Situação e de Oposição, e isso nunca foi contestado. Por quê, deputado Heraldo Rocha?

Não estou discutindo a desqualificação,...

O Sr. Heraldo Rocha:- Do mérito.

O Sr. PAULO CÂMERA:- (...) o que eu estou dizendo é que o mérito – e obrigado pela observação – vale para todos e para tudo durante os 20 anos que o Tribunal tem aprovado isso (página 100 do Relatório Preliminar). Quero ver escrito nesses documentos “Relatório Prévio.” Não quero vê-lo, presidente, na *internet* ou na *intranet* como versão preliminar. No vou discutir falhas de procedimentos administrativos, que são normais, naturais. Em nosso Regimento temos – e vamos dizer entre aspas – as suas “jogadas regimentais” para satisfazer as interpretações de ordem legal.

Não, estou falando de números concretos. O que digo é a base de quem analisou, ao longo dos anos, esse tipo de procedimento, e não estou falando dos Conselheiros do TCE, mas do próprio Tribunal de Contas do Estado, que tem auditores competentes, mas nunca se deu realce a isso! E não tem nada de mais não: nada de errado e nada de certo! O destaque é, sim, político.

E temos todos os deputados desta Casa, ao longo de todos esses anos, aprovado as contas dos governadores e vimos, de repente, transformar-se isso numa pirotecnia, essa é a palavra correta.!

Não posso aceitar que se venha denegrir a imagem de um governo por conta

de números, por falta de comparação. Não é isso que esperamos dos nobres colegas de Oposição! Esperamos, sim, uma transposição normal e legal. Por exemplo: as metas dos PPAs que se discutem aqui hoje! Levei para o plural PPAs, não do PPA do governo Wagner, porque ninguém hoje baixa, nesta Casa, os projetos de lei enviados pelo governo para fazer a readequação do PPA. Por exemplo, mexia-se numa verba, aumentava-se ou diminuía-se ela para outra crescer. Aí o governo, o Poder Executivo enviava um projeto para que alterássemos o PPA. Hoje, já com 1 ano e meio, dois anos de governo, não veio nem sequer uma lei dessas! Porque ninguém indaga isso?

Por que estamos dizendo que o governo está descumprindo o PPA? Mas ele não o está descumprindo, não! A informação correta é a seguinte: esta Casa aprovou, no início do governo, quando da votação da LDO, que as readequações do PPA virão durante os processos dos Decretos legais ou dos Projetos de Lei. É automático. Hoje é automático. Anteriormente, a adequação do projeto de lei seguia um caminho, mas hoje segue outro. Não existe essa interpretação errônea das orientações conforme estão dizendo os deputados da Oposição. O governo está fazendo tudo dentro da lei, conforme a lei, e respeitando a nossa democracia republicana.

Do que precisamos é nos adequar ao direito do debate, ao acesso à informação. É esse caminho que estamos seguindo e que vamos continuar perseguindo e debatendo. E apoiando quando realmente estivermos errados.

Mas, nesse tipo de caso, nesse tipo de coisas, que vou classificar de “pequenas” e “insignificantes”, que vêm ocorrendo ao longo de 10, 20 anos de procedimentos técnicos, técnicos!, pelos auditores do Tribunal de Contas e de qualquer especialista, fazer um cavalo de batalhas?!

Perdoem-me, nobres colegas!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de informar que o Projeto de Lei nº 15.919/2007, de autoria do deputado Gilberto Brito, falta o parecer da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Vou designar, pois, o deputado João Carlos Bacelar para relatá-lo.

E para relatar o projeto de Lei nº 16.006/2007, de autoria da deputada Ângela Sousa, vou designar o deputado Carlos Ubaldino. Falta o parecer da Comissão de Saúde e Saneamento. Para o projeto do deputado Zé Neto, que autoriza o governo do Estado da Bahia a instituir o Programa de Incentivo à Criação de Sebos de Livros Literários e Didáticos, vou designar o deputado Gilberto Brito...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concederei a sua questão de ordem logo após terminar de designar os relatores.

(...) Para o projeto do deputado Paulo Rangel, que dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que ofertam locação de computador para acesso à Rede Mundial de Computadores, vou designar o deputado Paulo Câmara. Para o do deputado José Nunes, que institui a Medalha do Mérito Ambiental do Estado da

Bahia, designo o deputado Paulo Azi. O deputado Álvaro Gomes será o relator do projeto do deputado Júnior Magalhães, anexo com outros parlamentares, que torna obrigatória a exibição de filmes publicitário, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais, em todos os cinemas do Estado da Bahia.

Questão de ordem, deputado Gildásio Penedo filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, mesmo reconhecendo o seu esforço e a sua boa vontade, aliás, da Mesa Diretora, para que esta Casa vote seis projetos oriundos de parlamentares, devo dizer que entre essas matérias que V.Ex^a coloca na Ordem do Dia – já até designou relatores –, infelizmente, três delas são inconstitucionais: o da nobre parlamentar Ângela Sousa e os dos deputados Zé Neto e Júnior Magalhães.

Essas proposições incorrem naquilo que nós estamos tentando há algum tempo, através de uma PEC subscrita por mais de 21 Srs. Deputados – inclusive V.Ex^a, a partir de um requerimento nosso, já incluiu na Ordem do Dia –, modificar. Pretendemos alterar o inciso VII do art. 77, tendo em vista que esse dispositivo legal determina que qualquer proposição que implique aumento ou redução de despesas é de competência privativa do governador. O deputado Heraldo Rocha, como Líder da Bancada da Oposição, tem conhecimento desse nosso pleito. Na verdade não é nosso, é da Casa.

Então, deputado João Carlos Bacelar, mesmo considerando importante este esforço da Casa, acho que seria muito mais interessante se apreciássemos essa proposta. Até para não gerar o desgaste de o Executivo ter de vetar determinadas matérias porque são inconstitucionais.

A proposta da deputada Ângela Sousa, por exemplo, de instituir o dia sem álcool na Bahia é extremamente louvável. Mas o seu art. 2º é muito claro ao dizer que a campanha publicitária será feita com recursos públicos. Desse modo, por gerar despesas, ele tem o vício de inconstitucionalidade, deputado Paulo Azi.

O projeto do deputado Júnior Magalhães determina, deputado João Carlos Bacelar, a inclusão, antes da exibição de um filme, de uma campanha publicitária relatando os malefícios do cigarro, do fumo. Isso também gera custos.

Repito, mesmo levando em conta este esforço, acho que o mais importante seria as Lideranças desta Casa terem a maturidade de apreciarmos essa PEC, pois ela possibilita a efetivação dos projetos de deputados. Atualmente, repito, toda proposta apresentada já nasce com o vício de iniciativa, deputada Maria Luiza.

Aconteceu aqui, por exemplo, um fato lamentável. Votamos, por acordo, o projeto que instituía a lei dos autistas, mas o governador – não tenho dúvida, de forma contrária ao seu desejo –, por uma determinação da PGE, teve de vetá-la, deputado Gilberto Brito.

A grande maioria dos projetos gera algum tipo de despesa. Então apelo a V.Ex^a para que considere este pleito, na medida em que o mais correto é apreciarmos, inicialmente, essa PEC, e assim possamos dar tranquilidade ao regime normal na Casa. Ou então vamos aprovar, e o governador, por força desse dispositivo constitucional, vai ser obrigado a vetar, gerando um constrangimento para esta Casa

por causa do vício de inconstitucionalidade, conforme muito claramente demonstrado nesse projeto.

É esse o apelo que faço a V.Ex^a.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Presidente, inicialmente, cumprimento os amigos de Palmeiras que se fazem presentes às Galerias Paulo Jackson, dizendo da alegria, da satisfação de tê-los aqui não somente pelo que representam dentro do contexto da nossa história, mas sobretudo pela grandiosidade de encanto que Palmeiras representa dentro do contexto do turismo baiano, onde localidades como Pai Inácio, Capão e tantos outros que às vezes são tidos e havidos como do município de Lençóis, na realidade têm Palmeiras como mãe.

A minha questão de ordem se prende, Sr. Presidente, não sei se foi observado o cuidado devido quando da escolha desses projetos para serem votados hoje, parece-me que houve um sorteio, para que não aconteça com eles o que aconteceu em determinado momento aqui, há poucos meses. Teve aqui um projeto de resolução votado quanto à criação da Escola do Legislativo, de autoria do deputado Euclides Fernandes. Parece-me, se a memória não anda muito falha, que precedendo o projeto de resolução do deputado Euclides havia um nosso, com o mesmo teor e com as mesmas palavras.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ficam registradas as ponderações de V.Ex^{as}, os projetos já passaram na Comissão de Constituição e Justiça, quero crer que são constitucionais.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou Líder do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, convidados das Galerias Deputado Paulo Jackson, na condição de Líder do governo cabe a mim prestar, em nome da Bancada, alguns esclarecimentos e considerações a respeito do voto do relator, conselheiro Pedro Lino, acontecido no dia de ontem, sobre as contas do governo Jaques Wagner relativas ao ano de 2008.

Em primeiro lugar, queremos refutar veementemente a tentativa de parlamentares da Oposição de tentarem caracterizar o comportamento dos parlamentares da Situação como tentativa de desqualificação do conselheiro Pedro Lino. Muito pelo contrário, nós reconhecemos o conselheiro como um conselheiro competente, cioso e brioso nas atividades que desenvolve.

Todavia, condenamos veementemente o comportamento e a atitude do conselheiro que, precedendo a apresentação do seu parecer, do seu relatório, deu a mais ampla divulgação na mídia escrita, falada e televisiva, de forma antecipada,

considerações a respeito do parecer. Condenamos de forma veemente porque consideramos inadequado, equivocado o comportamento antecipado de um conselheiro relator das contas da administração pública de tecer comentários e convocar, conclamar a população a participar da apresentação do parecer revelando intenções subliminares.

Em segundo lugar, queremos destacar que, na nossa opinião, o parecer do relator é extremamente favorável ao governo Jaques Wagner. E vou mostrar e provar o porquê dessa nossa afirmativa. Primeiro porque o relator expressamente no seu parecer, reconhece que o governo Jaques Wagner está cumprindo com todas as formalidades exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Secretaria do Tesouro Nacional. As contas foram prestadas e submetidas aos manuais orientadores da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Quanto aos aspectos aventados, destacados pelo relator para consubstanciar o seu voto, apresentamos argumentos respeitosamente contrários, mas na nossa avaliação são suficientes para a devida aprovação das contas do nosso governo no ano de 2008. Por exemplo, vejamos, o relator em entrevista a meios de comunicação de grande circulação no Estado da Bahia, afirmou que o governo fechou as contas no vermelho em 2008. Não é verdade. Explicamos por que: segundo a metodologia utilizada pelo conselheiro relator, inclusive fiel ao parecer do qual estou com cópia, ele afirmou que o governo Paulo Souto, em 2004, fechou as contas no vermelho com um déficit de R\$ 513 milhões. Segundo a metodologia do relator, também expressa no seu parecer, o governo Paulo Souto, em 2005, fechou as suas contas no vermelho com um déficit de R\$ 513 milhões e 106 mil, e em 2006, segundo o parecer do relator, segundo a sua metodologia, o governo Paulo Souto fechou as contas governamentais no vermelho com um déficit de R\$ 256 milhões.

Ora, pergunta-se: Por que as contas do governo Paulo Souto não foram reprovadas desde quando, segundo a metodologia utilizada pelo conselheiro, fechou no vermelho nos anos de 2004, 2005 e 2006?

E, na nossa avaliação, está equivocado o Sr. Conselheiro, a quem nos dirigimos respeitosamente, porque, segundo ele, os governos do Estado, Paulo Souto e Jaques Wagner, deveriam, ao final do ano, não contabilizar como disponibilidade de caixa os recursos transferidos da União através do Fundo de Participação dos Estados, FPE, através do IPI e dos convênios. Ora, se não contabilizarmos como disponibilidade financeira esses recursos transferidos no mês de dezembro para o fechamento do caixa do governo, qualquer governo em qualquer ano fechará no vermelho. Tanto é que fechou no vermelho o governo Paulo Souto e fechou no vermelho o governo Jaques Wagner, segundo a metodologia utilizada pelo relator conselheiro Pedro Lino.

Dito isso, prestados esses esclarecimentos, essa afirmativa do conselheiro não se sustenta. Portanto, o superávit de R\$ 840 milhões e 105 mil apresentado no relatório das contas governamentais estão perfeitamente corretos e, naturalmente, haveremos de rebater essa metodologia utilizada pelo conselheiro relator Pedro Lino.

Em segundo lugar, o conselheiro se baseou no cancelamento dos empenhos

no final do ano para caracterizar como crime contábil. Um dos argumentos principais da sua peça, do seu parecer para rejeitar com o seu voto as contas governamentais também não procede. O deputado Paulo Câmara já apresentou aqui – vou apenas reafirmar as informações: os governos anteriores, todos eles, cancelaram empenhos processados. Em 2004, foram cancelados empenhos no valor de R\$ 198 milhões, em 2005, R\$ 210 milhões, em 2006, R\$ 228 milhões foram cancelados, empenhos processados no governo de Paulo Souto.

Ora, Srs. Parlamentares, o cancelamento de R\$ 219 milhões no final do ano foram imediatamente reempenhados na conta de despesa de exercícios anteriores. Nenhum fornecedor foi prejudicado com o pagamento, pelo contrário, esses fornecedores que ficaram submetidos a despesas de exercícios anteriores, que somam esses R\$ 219 milhões, estão sendo priorizados pelo governo no pagamento dos seus serviços, das suas obras e dos seus investimentos realizados.

É importante, deputado Gilberto Brito, V.Ex^a que me ouve com atenção, destacar que o cancelamento de empenho representou, inclusive consta no parecer do relator, 1,28% do total liquidado no ano, foi o que representou o cancelamento de empenhos, no final do ano, relativos ao valor de 218 milhões de reais.

Um outro aspecto que também é importante destacar é que o nosso governo tem priorizado, tem tido uma atenção especial a respeito da conta Restos a Pagar. Temos incluído em Restos a Pagar todas aquelas contas que não haviam sido contabilizadas ou empenhadas pelos governos anteriores, tanto é, Sr. Presidente, que, segundo o relatório que tenho em mão, no ano de 2006, o Restos a Pagar representava, os recursos não processados representavam 8 milhões; em 2007, processamos todas as despesas, chegando a 150 milhões e, em 2008, processamos 210 milhões de recursos de serviços realizados e que não tinham sido processados pelos governos anteriores, e olhe que, no ano de 2008, ampliamos em 60 milhões de reais o valor de processamento de empenhos que se encontravam em exercícios anteriores.

Portanto, consideramos que, de fato, o conselheiro deve uma explicação à sociedade a respeito da sua atitude e do seu comportamento, que muitos denominaram de pirotécnico, porque de fato envolveu toda a mídia na expectativa de participar da sua apresentação, e consideramos que os argumentos apresentados pelo relator são de natureza estritamente contábil, de procedimentos estritamente contábeis e que, portanto, não se justificam para a decisão de rejeição das contas governamentais.

Estamos tranquilos, serenos, de fato, preparados para responder à sociedade e também ao próprio Tribunal de Contas sobre as informações relativas a esse voto que consideramos equivocado e, mais do que equivocado, do ponto de vista técnico, consideramos que houve por parte do relator a utilização indevida, antecipada da mídia para dar destaque ao seu parecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarão, durante 5 minutos cada, respectivamente, o deputado Fernando Torres e o deputado Eliedson Ferreira.

Feira de Santana, hoje e agora, está mandando na Assembleia, V.Ex^a na presidência, o deputado Fernando Torres e o deputado Eliedson.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- É só o começo.

Com a palavra o nobre amigo, representante da terra linda desta Bahia, Princesa do Sertão, Feira de Santana, deputado Fernando Torres.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Muito obrigado por suas palavras, deputado Zé Neto, V.Ex^a que é amigo e irmão do deputado Sérgio Carneiro. Fico orgulhoso de ouvir isso de V.Ex^a.

Mas subo a esta tribuna para parabenizar o prefeito de Feira de Santana, Tarcízio Pimenta, que nesta semana reuniu o seu grupo político, os seus principais assessores e a imprensa de Feira de Santana para dizer que estava contemplando Feira de Santana com 5 milhões em obras. Lá estava presente também o deputado Eliedson Ferreira, que ficou feliz com aquela notícia. Esses 5 milhões em obras são com recursos próprios da prefeitura, portanto, parabenizo Tarcízio Pimenta, que está indo no mesmo caminho do ex-prefeito José Ronaldo.

Esta era a maneira do ex-governador Paulo Souto governar, deputado Heraldo Rocha. Era desta maneira que gostaria de ver Jaques Wagner governar a Bahia.

Em Feira de Santana, até o momento, só promessas e nenhuma obra concreta. Estou vendo a obra do Hospital Geral da Criança, que começou agora. Acredito que deve ter sido a pedido do deputado Zé Neto, que é o único governista que trabalha por Feira de Santana, porque os outros só vão a Feira na véspera das eleições.

Isso é verdade, não estou dizendo para puxar o saco de V.Ex^a, porque em nossa amizade não cabe um ou outro puxar saco.

Os outros governistas só aparecem no palanque quando o governador vai prometer recursos para Feira de Santana e, também, na véspera das eleições, buscando votos do povo de Feira. Espero que eles acordem e passem a trabalhar, passem a cobrar já neste ano, pois não está sendo bom o trabalho do governador Jaques Wagner.

Sei que V.Ex^a faz tudo para que Feira cresça, para que as ações do governo do Estado sejam boas para o povo de Feira. Mas se V.Ex^a contasse com a união de mais outros deputados, inclusive federais, seria bom para Feira de Santana.

E, por falar em obras, quero falar também da obra da BR-324. Os deputados Heraldo Rocha e Eliedson Ferreira discursaram na semana passada e o governo os ouviu em parte. Começaram a consertar a rodovia, mas o conserto é tão ruim que o asfalto já está-se soltando antes da primeira chuva. Inclusive, o vidro do meu carro já foi quebrado. Vindo para a Assembleia Legislativa, uma carreta que passou jogou uma pedra no vidro do meu carro e o quebrou. Com o deputado Eliedson também aconteceu a mesma coisa, e acredito...

O Sr. Heraldo Rocha:- Um aparte, deputado.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Concedo o aparte ao deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Aproveitando a presença do deputado Zé Neto, que é o grande representante do governo do presidente Lula, preocupo-me com V.Ex^{as} que viajam quase que diariamente pela BR-324, pois passei por ela no sábado e no domingo e fiquei horrorizado. V.Ex^{as} estão sendo expostos diariamente a sofrerem acidente. Infelizmente, a situação é muito grave.

Falei para Dr. Saulo, que é um amigo nosso, uma pessoa muito preparada, que não adianta aquele trabalho de tapa-buracos que estão realizando na BR-324.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Inclusive, deputado Heraldo Rocha, é um tapa-buracos fraco, parece que só colocam a borra. Deputado Paulo Câmara, parece que só colocam aquela parte preta, tanto que a primeira carreta que passa joga pedras contra os outros carros.

No caso do meu carro, vou mandar a conta para o deputado Zé Neto, que é um deputado governista, para ver se ele me ajuda a pagar o conserto do vidro quebrado. V.Ex^a que é um deputado com muito prestígio no governo Lula, que é um amigo, vou mandar-lhe a conta, deputado, para V.Ex^a me ajudar a pagar o vidro do meu carro.

Muito obrigado, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo cedido.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Eliedson Ferreira.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, coincidentemente, deputado Fernando Torres, eu vou tratar dos dois mesmos assuntos de que V.Ex^a tratou.

Começando pela BR-324, fizemos esse pronunciamento há oito dias, e hoje, na Comissão de Defesa do Consumidor, aprovamos a realização de uma audiência pública no dia 16, em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, com as presenças do Dr. Saulo, do DNIT, e de representantes da Seinfra, justamente para tratarmos da situação caótica em que se encontra a BR-324.

Nós, que precisamos trafegar diariamente por ela, como disse bem o deputado Heraldo Rocha, estamos correndo risco de morte, e diariamente, quase que diariamente vemos acidentes ali, deputado Heraldo, e muitos deles com vítimas fatais.

É preciso que o Denit fiscalize melhor essa obra, segundo informações que recebi, essa obra de manutenção quem realiza é a TOP Engenharia, e essa fiscalização não está sendo feita corretamente, porque se questiona a qualidade do material que está sendo usado, em algumas partes é um recapeamento que faz, mas antes da conclusão, antes de colocar sinalização horizontal, basta cair uma chuva e o asfalto “sonrisal” começa a derreter. Então, é realmente imprescindível que se tome providências, afinal de contas é dinheiro público que está sendo jogado na lama e é preciso que esse estado de coisas venha a ser modificado. Feira de Santana sofre com

isso, Salvador também e todo o Estado, porque, quem não precisa transitar pela BR-324?

Mas, falando ainda sobre Feira de Santana e mais especificante sobre o assunto que o deputado Fernando Torres tratou, eu quero aqui, também, expressar a minha alegria pela administração do prefeito Tarcízio Pimenta, do meu partido, o Democratas. A segunda maior cidade da Bahia sendo administrada com total e completa competência, dando sequência ao crescimento empreendido na administração do prefeito José Ronaldo.

Na quinta-feira passada o prefeito reuniu a todos para anunciar esses 5 milhões de obras e também assinou ali o contrato para que toda a Avenida Getúlio Vargas, a parte que falta ser asfaltada, venha a ter esse asfaltamento, bem como a Avenida Maria Quitéria. E o que me chamou a atenção é justamente a preocupação do prefeito Tarcízio Pimenta com a população das periferias da cidade, uma vez que as ruas que foram contempladas foram ruas que atendem justamente às populações mais carentes de Feira de Santana.

Então, essa administração tem trazido orgulho para o meu partido, o povo de Feira de Santana, consciente de que votou certo, escolhendo o prefeito Tarcízio Pimenta para dar sequência ao crescimento empreendido pelo ex-prefeito José Ronaldo. Feira de Santana, então, no caminho certo, diferente da administração que está sendo feita pelo Governador Jaques Wagner, inclusive o PAC. Como todos sabemos, foi comprovado que apenas 3% da obra foi iniciada até hoje, e essa obra de saneamento realizada pelo PAC em Feira de Santana, é bom que se diga, quando se conta 400Km de esgotamento está se contando, deputado Fernando Torres, com aquele esgoto que vem da casa da pessoa até a linha de esgotamento que está sendo feita pelo PAC.

Então, 3% apenas das obras do PAC foram realizadas, e esse PAC que é tão propalado, na verdade, está empacado, deputado Heraldo Rocha. O PAC empacou.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José Neto):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do bloco parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 08 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (José Neto):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 08 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, alguns deputados, deputado Paulo Azi, deputado Elmar, o próprio deputado Bacelar se referiram aqui sobre o relatório das contas de 2007. Eu quero afirmar aqui categoricamente que uma semana após ser designado relator conclui o meu relatório, levando-se em consideração o voto do deputado Zilton Rocha e outros conselheiros, um relatório extremamente criterioso. Está pronto, nobre deputado João Carlos Bacelar, nobre deputado Paulo Azi e os demais que cobraram aqui o relatório das contas de 2007.

E digo mais, talvez eu seja o deputado mais ágil para a confecção dos relatórios. Todos os projetos que chegam em minhas mãos, na Comissão de Constituição e Justiça, os relatórios são imediatamente feitos e devolvidos. E também posso afirmar aqui com tranquilidade e, de certa forma, com orgulho, o fato de ser o deputado mais assíduo aqui, fato reconhecido pela Assembleia, quando recebi o prêmio este ano. Portanto, tenho tranquilidade, o relatório das contas do governo do Estado já está pronto.

Evidentemente, todo mundo sabe que nós passamos aqui um processo de reestruturação das comissões. Por conta de uma decisão judicial, as comissões ficaram paradas durante meses, e só recentemente retomaram o seu funcionamento regular.

Portanto, afirmo que o relatório das contas do governo do Estado, de 2007, já está pronto.

Quero aproveitar também para fazer alguns comentários sobre um relatório do conselheiro Pedro Lino; Creio que ele fez o relatório, é o seu ponto de vista muito bem divulgado, a Imprensa e os estudantes foram convocados, eu acho isso positivo. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia deveria fazer isso cotidianamente, deveria, cada vez mais, chamar a sociedade para estar presente, observando, acompanhando, assim como aqui na Assembleia Legislativa da Bahia.

Entendo que essa é a opinião de um conselheiro, um ponto de vista, relatório que ele fez e que vai ser discutido, assim como no relatório que o conselheiro Pedro Lino fez sobre a Assembleia Legislativa consta algo inexistente, consta que Álvaro Gomes, antes de ser deputado, usou a verba de subvenção social, estava no relatório do conselheiro Pedro Lino, e isso não foi verdade. É evidente, alguém que não é deputado não pode utilizar a verba de subvenção social. Passei a ser deputado em 2003, em 2002 eu era presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, portanto não era deputado.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:-V.Ex^a está inscrito.

E esse fato foi amplamente divulgado na Imprensa, não foi corrigido nem pelo conselheiro nem pela Imprensa.

Então, o relatório tem que ser analisado de forma criteriosa, as observações têm que ser analisadas, há os outros conselheiros que vão observar, nós parlamentares também devemos observar, mas sobre alguns dados do relatório já podemos fazer algumas observações. Por exemplo: empenhos cancelados. Colocam essa como uma questão grave, como um dos motivos para rejeitar o relatório.

Empenhos cancelados no governo Paulo Souto: 2004: R\$ 198 milhões; 2005: R\$ 210 milhões; 2006: R\$ 228 milhões. Empenhos cancelados no governo Wagner: 2007: R\$ 64 milhões.

Também uma outra argumentação para a rejeição das contas...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me concede um aparte, deputado?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Só concluindo o meu raciocínio.

Um outro argumento para a rejeição das contas diz respeito ao exercício

fechar em vermelho. Vejamos então: em 2004, o governo Paulo Souto fechou em vermelho R\$ 513 milhões, 595 mil; em 2005 o governo Paulo Souto fechou em vermelho R\$ 513 milhões 106 mil; 2006: o governo Paulo Souto fechou em vermelho em R\$ 255 milhões 790 mil. Em 2007, o governo Jaques Wagner fechou em vermelho em R\$ 31 milhões 162 mil.

Então esse relatório tem que ser analisado criteriosamente. Acho que é direito do conselheiro Pedro Lino fazer o relatório, expressar o ponto de vista dele, fazer o parecer que ele acha correto do ponto de vista dele e cabe aos demais conselheiros analisarem criteriosamente. Cabe, também, aos parlamentares analisarem criteriosamente o relatório.

Peço ao deputado Gaban que utilize no máximo 30 segundos porque está faltando pouco tempo para que eu possa concluir os meus argumentos. Eu ainda teria que fazer aqui um anúncio.

O Sr. Gaban:- Agradeço o aparte que V.Ex^a me concede. Gostaria só de lembrar a V.Ex^a, de maneira bem rápida como pediu, que nós estamos tratando neste caso específico não de liquidar empenhos, mas de liquidar empenhos já liquidados. Essa que é a gravidade.

Tenho inclusive, vou fazer uso, um parecer, não é da Bahia não, é de São Paulo de um dos maiores especialistas de São Paulo considerando crime liquidar empenhos já liquidados.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Gaban, eu me refiro exatamente a esses mesmo. Em 2004, no governo Paulo Souto, foi R\$ 198 milhões; em 2005, no governo Paulo Souto, foi R\$ 210 milhões; em 2006, no governo Paulo Souto, R\$ 228 milhões. É a exatamente esses que eu estou me referindo também.

Agora, só para concluir, eu queria convidar os deputados para a sessão especial amanhã dos 400 anos do Tribunal de Justiça da Bahia. Estão confirmadas as presenças de diversos desembargadores, juízes, advogados, professores, do Ministério Público, do representante do Supremo Tribunal Federal...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Só ultrapassei 30 segundos.

(...) membro do Conselho Nacional de Justiça Dr. Felipe Locke.

Portanto eu gostaria de fazer um chamamento a todos os parlamentares para que se façam presentes na sessão especial dos 400 anos do Tribunal de Justiça da Bahia.

Peço desculpas ao deputado Gilberto Brito porque o meu tempo já encerrou, a não ser que a própria Mesa conceda, mas o meu tempo já se esgotou.

Deputado Zé Neto que está presidindo, o deputado Gilberto Brito está pedindo um aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Para concluir, deputado Álvaro Gomes. O seu tempo já ultrapassou mais de 40 segundos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a permite...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Quero cumprir o critério. O deputado Gilberto Brito que tanto exige critérios é quem vai contribuir com o nosso critério.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Ok, Sr. Presidente, encerrei.
(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o nobre Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa)

Há algum representante do PR?

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PT/PTdoB/PSL e PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Javier Alfaya.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra pelo tempo de 8 minutos o deputado Javier Alfaya, que outrora era cabeludo e fugia da expulsão do País no tempo da ditadura e, nós todos, muito jovens, lutávamos, gritando pelas ruas: *“Javier não pode ir, Javier não pode ir, Javier é brasileiro.”*

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, venho à tribuna hoje para prestar contas de uma viagem que fiz nos dias 17 a 21 à Venezuela, por iniciativa própria, com a intenção de estreitar as relações entre o Estado da Bahia, o mundo político do qual participamos, e a República Bolivariana da Venezuela.

Poucos dias depois, estive aqui conosco o presidente Hugo Chávez, que fez a sua reunião trimestral com o presidente Lula num hotel da nossa capital, e houve também a assinatura de convênios entre os dois governos federal e central da Venezuela e o governo do Estado da Bahia representado pelo nosso querido companheiro governador Jaques Wagner.

Essas reuniões trimestrais expressam a importância que o Brasil dá a essa articulação com a Venezuela. E a vontade, na minha opinião, da maioria da Nação é que o Senado brasileiro possa votar o mais breve possível a entrada da Venezuela no Mercosul. É uma extraordinária experiência da qual o Brasil faz parte, de articulação econômica que, inicialmente, começou sendo o Cone Sul da América do Sul e agora se espalha pelo restante da América do Sul e se agrega a uma proposta de criação da União das Nações Sulamericanas, a Unasul levantada pelo governo brasileiro que tem todo o apoio do PCdoB.

Estrutura essa que um dia, eu espero, deputado Waldenor, se constituirá numa estrutura forte, consolidada com o Parlamento, com instituições multinacionais dentro da América do Sul, representando 12 dos 13 países que integram a América do Sul. E que nós possamos ter uma articulação sólida a ponto de um dia ter também uma moeda única circulando entre os nossos 12 países. E ter estruturas parlamentares, políticas, de caráter executivo, de caráter cultural, de caráter militar, de caráter educacional, de solidariedade entre esses 12 países, já que o décimo terceiro é a Guiana Francesa e ainda não tem autonomia para se integrar nesse grande projeto da União Sulamericana.

Então, deputado Zé Neto, V.Ex^a que fez referência à nossa época de luta

estudantil, eu quando fui presidente da União Nacional dos Estudantes, UNE, estive representando o nosso movimento na Palestina, levando a solidariedade ao povo palestino e estive com o líder Yasser Arafat, em nome da UNE. Estive também no Equador, pouco antes de passar por esse processo, por esse inquérito de expulsão ao qual V.Ex^a fez referência. E pude comprovar tanto no Oriente Médio como na América do Sul que organizações da sociedade brasileira, como é o caso da UNE, o Brasil como um todo tem um extraordinário respeito lá fora.

E este respeito, deputados e deputadas, agora ganhou outra qualidade sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Hoje, o Brasil é visto de uma outra maneira. E isso está sendo ratificado toda vez que acontece um encontro internacional ou alguma polêmica em torno de assuntos políticos, comerciais, de intercâmbio econômico, de reforma das Nações Unidas, etc.

Então, trilhando essa linha de buscar com que a Assembleia da Bahia também faça parte deste mutirão de articulação da América do Sul, apresentei três projetos a esta Casa. Deputado Zé Neto, peço que V.Ex^a, na sua condição de presidente da Comissão Permanente de Constituição e Justiça, despache o mais rapidamente e, se possível, oriente os pareceres.

O primeiro deles é a criação da irmandade entre a Bahia, no Brasil, e o Estado de Bolívar, na Venezuela, que é muito influente e tem a presença de importantes empresas brasileiras e baianas. Esse Estado fornece 75% da energia produzida naquele país e tem muito carinho e uma grande identidade com a Bahia. Já houve até a intenção da celebração de um convênio de irmandade entre estes dois Estados quando o nosso governador esteve na Venezuela. Mas, por causa de uma série de problemas decorrentes da crise da dengue, ele teve de voltar rapidamente a nossa terra. Mesmo assim, foi firmando um convênio com o Estado de Aragua, que é um dos que compõem a Federação Bolivariana, lá na Venezuela.

Portanto, deputado Waldenor, quero a sua ajuda como Líder do governo. Talvez seja algo inédito partindo do Legislativo, mas gostaria, se possível, de que colocássemos esta proposição entre os projetos de origem parlamentar que serão apreciados.

O outro projeto, seguindo essa linha que merece, certamente, o apoio da maioria desta Casa, deputado Zé Neto, propõe que 18 de dezembro seja o Dia Estadual de Celebração da Amizade Bahia-América do Sul. Por que essa data, deputado Waldenor? Porque foi no dia 18 de dezembro do ano passado, aqui em Sauípe, que se deu aquela grande reunião de chefes de estado e de governo do Caribe, da América Central e da América do Sul, pela primeira vez com a ausência dos dois países mais ricos das Américas, Estados Unidos e Canadá.

E essa reunião – na qual havia alguns países que ainda estão lutando por sua total independência na região do Caribe – plasmou e ratificou o Brasil como uma arena democrática e acolhedora das articulações progressistas, avançadas e democráticas que lutam pela igualdade, em escala internacional, das diversas nações que integram as nossas queridas três Américas e o Caribe. E foi no dia 18 de dezembro que teve início essa reunião em Sauípe, por isso o escolhi como o Dia da

Amizade Bahia-América do Sul.

E o terceiro projeto, nessa mesma linha da solidariedade e da articulação sul-americana, é o que concede – deputado Waldenor, eu lhe peço um pouquinho de atenção – ao presidente Hugo Chávez Frias o Título de Cidadão Baiano.

O Sr. Heraldo Rocha:- Ele é ditador! Você está doido? Esse PCdoB...

O Sr. JAVIER ALFAYA:- A intenção é conceder ao presidente da Venezuela título semelhante ao que foi concedido aqui nesta Casa, deputado Zé Neto, na outra legislatura, ao presidente de Angola José Eduardo dos Santos.

Ou seja, esta assembleia tem uma longa tradição de conceder títulos e medalhas a personalidades que ajudam a construir a realidade avançada de nosso Estado, que ajudam a criar pontes de amizade, articulação e construção de novas perspectivas de desenvolvimento econômico, social e cultural entre a Bahia e o mundo. Neste caso, com o restante da América do Sul.

Então peço o apoio aos senhores para a aprovação destes três projetos: os que criam o Dia Estadual da Amizade Bahia-América do Sul e a irmandade entre o Estado da Bahia e o Estado de Bolívar, na Venezuela; e o que concede o Título de Cidadão Baiano ao presidente Hugo Rafael Chávez Frias. Desta maneira, estaremos reforçando essas articulações e a presença da Bahia na Venezuela. Como também a presença da brilhante cultura popular venezuelana aqui entre nós.

Espero contar com a simpatia e o voto favorável de todos os deputados e deputadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMN/PP/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Pausa) Tem a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, o tema que eu queria abordar hoje à tarde seria a Saúde, pois há alguns dias nós tínhamos elaborado um documento minucioso sobre as diferenças, transformações e os avanços nesta Pasta na nossa Bahia. Entretanto não poderia deixar de trazer à prioridade da minha fala um assunto que, no meu ponto de vista, norteou de ontem para hoje as atenções neste Estado não só em outras áreas da sociedade como também nas das instituições públicas e privadas: as contas estaduais.

O deputado Waldenor foi muito feliz quando aqui, neste parlatório, trouxe algumas questões cruciais para que pudéssemos fazer uma avaliação crítica deste parecer inicial dado pelo conselheiro Pedro Lino, contra quem não temos nada. Evidentemente as críticas que daqui serão feitas são de cunho político.

Comecei pontuando algumas coisas, e aqui no voto, entre outras questões, (lê) *“Considerando que a realização, em 2008, de despesas com pessoal contratado através do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), no âmbito de diversas Secretarias e órgãos diretamente vinculados ao Governador, no montante*

anual de R\$353 milhões, representaram incremento de 28% em relação a gastos nessa rubrica no exercício de 2007;”

Outra questão: (lê) “Considerando que o déficit atuarial do FUNPREV, em 2008, cresceu cerca de 10% em relação ao ano anterior, tendo sido apurado o déficit técnico, com data-base agosto/2008, no montante de R\$38 bilhões, cuja cobertura vem sendo feita com recursos orçamentários do Tesouro estadual, tendo sido destinados ao Fundo, em 2008, recursos orçamentários na ordem de cerca de R\$557 milhões;”

Fala aqui também: (lê) “Considerando que o Poder Executivo, no exercício de 2008, descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante a Precatórios, especialmente quanto a: (i) sentenças judiciais pendentes de pagamento no montante de R\$234 milhões; (ii) ausência de evidências de registro, nos controles da Secretaria da Fazenda (SEFAZ)...

Considerando que o Passivo Permanente do Estado encontra-se subavaliado em, pelo menos, R\$ 1,2 bilhão, em face do não reconhecimento do passivo da DESENVALE...

Considerando que, em 2008, a despesa realizada pelo Poder Executivo estadual com propaganda, promoção e divulgação das ações do Estado foi da ordem de R\$66 milhões, representando acréscimo de cerca de 78% em relação aos gastos efetuados nessa rubrica no exercício anterior;” Estou aqui abismado.

(Lê) “Considerando que a Empresa Baiana de Alimentos S.A (EBAL) permanece não sendo reconhecida pelo Estado como empresa estatal dependente, apesar de ter recebido, em 2008, recursos do Tesouro estadual...”

Sr. Presidente, as pontuações que fiz daqui são poucas. Vou fazer outras. Todas elas são da herança do governo passado, como a Urbis, por exemplo, que está sendo liquidada, deputado Waldenor, há mais de oito anos. Como a Ebal no rombo de R\$ 620 milhões; como as sentenças judiciais em que por 11 anos não se pagou 1 centavo de precatório neste Estado. Estamos vendo aqui alguns pontos, deputado Bira. Essas contas do passado, todas elas foram aprovadas com ressalvas. São eles os responsáveis pelo desaprovação das contas. O que é isso? Em que Estado estamos?

Temos que apurar agora, deputado Waldenor, é o comparativo histórico do que herdamos e que estamos infelizmente tendo que administrar. Quantas vezes passaram por nossas mãos no caso da Ebal? No caso do G8? E no caso do Jaleco Branco? Tudo isso passou em branco. Tudo isso foi visto apenas como ressalvas.

Esse debate começa agora. Vamos com os nomes, vamos para as empresas, vamos para o pau, porque chega dessa historinha de ficar aí pensando que ser democrático é ser otário, que ser democrático é ser besta. Não há aqui nada que nos intimide. Deputado Waldenor, nossa Bancada tem responsabilidade. Mostrei alguns pontos. Será que os deputados da Oposição não conhecem nenhum desses temas? Essas são as chamadas pontas de estoque do que ficou para termos que administrar. Falar aqui em Urbis, falar aqui em Ebal...

O investimento na Ebal foi para pagar as dívidas do passado. Hoje, temos uma Ebal com 70 lojas no verde. Hoje, temos um investimento, quando colocamos

passivo e ativo, de um déficit de R\$ 6 milhões em três anos praticamente, dois anos e meio. Esse é o clima!

Agora, para o governo Wagner, vamos usar o rigor da lei, porque aqui está no rigor da lei, acima do rigor e sem uma avaliação histórica dos fatos que foram elencados. Temos, sim, e agora é hora, deputado Waldenor, de fazermos aqui um embate frontal, porque se estamos a administrar passivos herdados, tratar da questão dos pagamentos de precatórios, pelo amor de Deus!

Temos visto anos e anos de nada pago. Pagamos o ano passado os precatórios alimentícios como nunca se pagou. Gastamos neste governo, deputado Isaac, R\$ 250 milhões. Onze anos sem se pagar nada! E sempre passou em branco. Tenho certeza de que a responsabilidade, o critério, a moralidade, a transparência... Nós inauguramos a transparência, nós inauguramos o diálogo direto, nós inauguramos neste Estado uma verdadeira democracia. Não temos que nos intimidar em nenhum debate, seja ele no Poder Judiciário, Poder Legislativo ou Tribunais de Contas. Aliás, temos, sim, é que trazer para cá um amplo debate sobre o panorama dos Tribunais de Contas. Não temos aqui que nos esquivar. Nossa responsabilidade, nossa exposição como Legislativo, nossa exposição como deputados, tem sido algo até temeroso o que fazem com esta Casa. Está na hora de esta Casa entender também que os outros Poderes, todos, têm que ter a mesma visibilidade para o público que a nossa Casa tem.

Aqui, não canso de dizer, é só o começo de um debate. Peguei quatro ou cinco pontos, vou apurar hoje à noite delicadamente cada um deles, vou compará-los com os critérios usados outrora. Quero crer que os outros membros do Tribunal de Contas, ao apreciar essas contas, tenho certeza, vai vigorar o bom senso e a responsabilidade.

Quero crer que será assim.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do PMDB, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de nove minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarão, respectivamente, por quatro minutos e meio cada uma, as deputadas Maria Luiza Laudano e Antônia Pedrosa.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a nobre deputada Maria Luiza Laudano, pelo tempo de quatro minutos e meio.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje o horário realmente está disputado diante dos problemas existentes. Mas não acho que sejam problemas, e sim que estamos aqui para também debater, pois estamos num País democrático, numa Bahia com um governo democrático, republicano.

Mas temos que entender também que estamos sendo sempre acusados – Minoria, Minoria, Maioria, Maioria! –, e temos que fazer a nossa defesa, olhando a parte política e separando-a da técnica, porque acho que todos nós sabemos que

existe, com todo o respeito que temos, a parte polêmica, a parte que realmente envolve a política.

Mas, hoje, para amenizar os ânimos, quero, neste instante, dizer que apresentei uma moção de aplausos para a Srtª Marily dos Santos, que conquistou o terceiro lugar na maratona de São Paulo, no dia 31. Ela veio da área agrícola, da zona rural, mas tem desempenhado um papel formidável no esporte. Nascida em Joaquim, Alagoas, ela vive, hoje, em Pojuca e tem disputado várias corridas, entre as quais a Maratona de São Paulo, em que conquistou o terceiro lugar. O *Correio da Bahia* a entrevistou, ela vive em Pojuca, repito, onde também faz o seu treinamento e tem representado, e até o fez em Pequim, o nosso município e a Bahia. Estamos empolgados, porque se trata de uma pessoa que, no esporte, representa o nosso País, o nosso Estado e o nosso município.

Mas quero dizer também que estamos na Semana do Meio Ambiente em Pojuca, que começa hoje e termina na sexta-feira, onde vários assessores do governo do Estado estão representando-o. Até fiz um parecer, que li na rádio, porque não poderia estar presente a esse evento, pois tinha conhecimento de que hoje haveria votação aqui e teria que estar presente.

Mas quero dizer que falar do meio ambiente é realmente falar do (lê) “efeito estufa, do desmatamento, da erosão, do aquecimento global, das mudanças climáticas, da preservação do meio ambiente, da poluição sonora, da poluição visual ou até mesmo da Amazônia, que, conforme sabemos, é o pulmão do Mundo.

Embora todos estes aspectos sejam relevantes, procurei o verdadeiro significado do meio ambiente. Encontrei duas palavras importantes – sobrevivência e respeito.

Para vivermos e sobrevivermos, necessitamos estabelecer relações intra e interpessoais. Precisamos interagir em um mundo em constantes, repentinas e amplas mudanças, que acabam por afetar os indivíduos, as organizações, a sociedade e o meio ambiente.

Sem dúvida alguma, sabemos que, hoje, viver é um desafio intelectual e emocional. Para sobrevivermos, precisamos, dia a dia, renovar as nossas esperanças de que todos, indistintamente, possam compreender que respeitar o meio ambiente é, acima de tudo, respeitar a nós mesmos e a todas as gerações vindouras.”

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a nobre deputada Antônia Pedrosa pelo tempo de 5 minutos.

A Srª ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiras e queridas colegas deputadas, venho hoje a esta tribuna para falar da visita que fizemos ao município de Luís Eduardo Magalhães, ontem, juntamente com o governador Jaques Wagner, que foi abrir os trabalhos da 2ª Feira Bahia Farm Show.

Sr. Presidente, quem não conhece a região Oeste da Bahia deveria conhecer, porque aquela região cresce a passos largos. A 2ª Farm Show cresceu mais de 30%

em relação à feira do ano anterior. Foi um verdadeiro show, Sr. Presidente, de tecnologia de ponta que contou com um parque de máquinas extraordinário. É o maior avanço tecnológico do Brasil.

Quero parabenizar o prefeito e amigo, Dr. Humberto Santa Cruz, pela realização da 2ª feira de Luís Eduardo. Gostaria também de enaltecer a Fundação BA, a Fundeagro e a Iba, pela inauguração do centro de pesquisa e tecnologia dentro do Parque Bahia Farm Show, que é um grande centro tecnológico de pesquisa.

O Oeste só foi para a frente, deputada Ângela, porque os produtores não se preocuparam somente em produzir e mandar fazer pesquisas através da Embrapa ou de particulares, mas eles mesmos investiram com seus próprios recursos em tecnologia e pesquisa. Hoje, não adianta fazer qualquer negócio sem pesquisa, principalmente na agricultura.

Quero parabenizar o nosso governador Jaques Wagner que, no meio daqueles agricultores, sojicultores e cafeicultores e com uma tecnologia avançada e com o agronegócio, levou o nosso secretário da Agricultura, deputado Roberto Muniz, para assinar um projeto de agricultura familiar no assentamento Rio de Ondas.

O governador provou que o agronegócio, deputada Maria Luiza, pode andar *pari passu* com a agricultura familiar. Não devemos discriminar o agronegócio, porque no Oeste os grandes agricultores também se preocupam com a agricultura familiar e foi lá, mostrando isso, que o governador assinou. O secretário de agricultura, Roberto Muniz, assinou um grande projeto de agricultura familiar com os assentamentos 1, 2 e 3 do Rio de Ondas.

E também quero agradecer ao governador, venho de público, porque o anseio do povo da Região de Rio Corrente, Santa Maria da Vitória, Brejolândia, Serra Dourada, Santana, São Félix do Coribe e todas aquelas cidades, do Rio Preto, está ansioso pelo começo da construção da BA 172.

Hoje estive com o Dr. Berteres, o diretor da Seinfra, e ele me disse que a licitação já foi ganha pela empresa Paviservice, que tirou em primeiro lugar. Agora só está esperando mandar para o Bird, nos Estados Unidos, para eles darem o ok e Dr. Berteres fazer a ordem de serviço para autorizar o início da 172.

Também quero agradecer, Sr. Presidente, ao governador Wagner pela 349, que liga Bom Jesus da Lapa a Santa Maria da Vitória. Sei que não vai ser uma estrada nos moldes da Javi a Santa Maria da Vitória, não vai ser nos moldes da 172, porque demanda muito tempo, porque uma é reconstrução e a outra vai ser um recapeamento, vamos assim dizer, não vai ser uma reconstrução total, mas uma restauração funcional para que dê condições de tráfego àquela estrada.

Então, Sr. Presidente, as obras estão chegando ao Oeste da Bahia. Eu disse, deputado Heraldo Rocha, que quando o governador começasse a fazer as ações no Oeste da Bahia eu seria a primeira a vir nesta tribuna registrar. Nunca vim falar de obras no Oeste, mas agora, para ser honesta e justa, tenho que reconhecer que as obras estão chegando ao Oeste da Bahia. E nós, no dia 8 próximo, estaremos em Barreiras para lançar a Ferrovia Oeste/Leste a maior obra que o Oeste vai ver em toda sua existência. Sei que vai demorar, mas já é uma semente a ser lançada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário do Democratas. Com a palavra o seu Líder para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, antes de indicar o nobre deputado Gaban, gostaria de fazer uma comunicação inadiável. Considerando essas colocações tanto da Base aliada como do Governo, a Bancada de Oposição decidiu, hoje à tarde, convidar o conselheiro Pedro Lino para que ele venha à Comissão de Finanças depor e atender a todos os questionamentos tanto da Base aliada como também da Base dos deputados de Oposição.

O deputado Gaban usará o tempo do Democratas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando da vinda do secretário Carlos Martins, mais uma vez repito, que fiz uma série de questionamentos com relação ao um bilhão que ele disse ter em caixa, eu disse que essa informação não era verdadeira, que o recurso não era do Tesouro do Estado, eram recursos de convênio, do Funprev e carimbados. Quando eu disse que cancelou 250 milhões de empenhos já liquidados era um procedimento irregular, vieram vários parlamentares desta Casa dizer que meus dados eram inconsistentes. Houve manifestação do Sindsefaz que, na verdade, foi manifestação do PCdoB, que é quem manda lá, quem dá as cartas, passando, inclusive, sobre a autoridade do secretário Carlos Martins.

Mas eu até lhes confesso que, num determinado momento, achei que estivesse errado nas considerações tamanha a veemência com que, não só o secretário Carlos Martins, como os deputados diziam ter os números corretos, que eu estava mal assessorado com as notícias que colocavam ou plantavam na imprensa. Resolvi fazer uma pausa e fui acompanhar o relatório elaborado pelos auditores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Em relação a esse relatório, que agora alguns querem menosprezar e, talvez, não dar ao conselheiro Pedro Lino o valor que merece, devemos, primeiro, ter consciência de que o Tribunal de Contas do Estado é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, e temos que respeitar todos os membros desse colegiado e, sobretudo, os técnicos do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Tenho aqui em minhas mãos, e todos têm, um relatório detalhado da auditoria feita pelos técnicos. O relator apenas coloca o que está detalhado em números aqui numa linguagem compreensível para a população baiana. Então, não cabe aqui qualquer questionamento, pois se coubesse deveria ter sido feito. E não fizemos da maneira certa os questionamentos ao conselheiro Zilton Rocha, que, ao ler as recomendações dos técnicos, fez uma série de ressalvas às contas do governo Wagner à época.

Hoje, mais uma vez, partem para aquela velha estratégia, deputado Luiz de Deus, deputado Heraldo Rocha e demais companheiros aqui presentes, de que a

melhor defesa é o ataque e agora, sem dados técnicos, dizem novamente que está tudo errado. Ou será que só o governo não vê, não tem o mínimo discernimento para ver os erros e corrigi-los.

Várias falhas apresentadas em 2007 deveriam ter sido corrigidas no transcurso de 2008, como os gastos com REDA, o que sempre foi criticado pelos atuais governistas quando eram Oposição. E o próprio conselheiro Zilton, que já foi deputado do PT e era um crítico do REDA, mostrando a coerência que deve ter e está tendo, fez as ressalvas que faziam à política que era condenada pela Constituição do Estado, pois o ingresso no serviço público tem que ser através de concurso.

Em 2008, o que acontece? Em vez de cancelar os REDA e fazer um concurso público, o governo aumenta os gastos com contratação de REDA, aumenta o número de contratados pelo REDA. Foram mais de 30 mil contratados em 2008.

Quem tem que se justificar não são os conselheiros, em que nós confiamos, muito menos os auditores do Tribunal de Contas do Estado, quem tem que se justificar é o governo por ter insistido... No relatório apresentado, e isso é muito grave, a meta financeira em algumas secretarias, dentre elas a da Educação e a da Saúde, foi zerada, atingiu-se a meta, o total de gastos, mas a meta física, o realizado é zero. Isso é gravíssimo! Como é que se gastou o dinheiro e não se fez nada? Isso tem que ser explicado!

Alguns contestam aqui e dizem: “Não, pode cancelar empenho já liquidado”. Eu não vou-me basear mais, porque aqui tudo que se fala é errado, no comportamento dos auditores do Tribunal de Contas do Estado, eu vou-me basear aqui em dois auditores renomados, conhecidos nacionalmente, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Vejam o que dizem os dois auditores, Rossi e Toledo Júnior, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

(Lê) *“O cancelamento de empenhos liquidados é prática que maquia os resultados fiscais, sendo, por isso, expressamente rechaçado pela Portaria STN nº 440 de 2003: 'os empenhos de despesas já liquidadas, nos termos da lei não poderão ser cancelados, salvo se for cancelada também a obrigação correspondente junto ao credor, ou seja, não houver mais a dívida por devolução de materiais ou outros motivos semelhantes.'”*

O que não é o caso do cancelamento de 251 milhões liquidados pelo secretário da Fazenda numa ordem direta, sem consultar os secretários envolvidos. Tanto é que o próprio secretário da Segurança Pública esteve hoje aqui na Casa, e a resposta que ele deu, quando questionado pelo tribunal sobre uma diferença muito grande nos valores apresentados no balanço da Secretaria da Segurança, a justificativa, deputada Maria Luiza, dada pelo secretário César Nunes, é que foram cancelados 39 milhões daquela secretaria pela Secretaria da Fazenda.

Eu havia alertado isso, questionei o secretário Carlos Martins quando aqui veio apresentar as contas referentes ao último quadrimestre de 2008. Como iriam se comportar os secretários que tiverem empenhos liquidados junto ao Tribunal de Contas? É um problema que ele deixou para o secretário. Inclusive o secretário César

Nunes, que aqui esteve, vai ter problemas quando deixar a secretaria, ou seja, quando terminar este governo.

O secretário da Segurança Pública vai ter que responder isso, talvez até criminalmente. Responder por aquilo que ele não fez. Uma ordem direta da Secretaria da Fazenda, não se pode. Tiveram pagamentos, agora, já em 2009, diretamente pelo Depat sem passar pelo órgão que contratou o serviço, sem entrar no mérito, pois depois vou detalhar secretaria por secretaria, órgão por órgão.

Então, agora, eu trago para conhecimento da Casa, não é um posicionamento dos técnicos, dos auditores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, é o posicionamento de dois renomados auditores do Estado de São Paulo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que rechaça, diz que essa medida não pode ser realizada. Mostram, inclusive, posicionamentos e vão mais longe.

É importante enfatizar tal inteligência da Secretaria do Tesouro Nacional, tal qual o dispositivo vetado, autoriza, única e tão-somente, o cancelamento de empenhos não liquidados; em hipótese alguma, os de índole liquidada (artigo 62 da lei 4320).

Então, mais uma vez, não venham aqui na Casa dizer que os auditores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, a quem devemos respeitar, até porque são pessoas de bem, auxiliares nossos, têm o posicionamento errado. A leitura feita do relatório elaborado pelos auditores do Tribunal de Contas, pelo conselheiro Pedro Lino tem que ser respeitada. Porque o que determina a lei é o que diz o Tribunal de Contas do Estado, bem como as leis existentes no país. Não se pode inventar, criar. O que tem de ser feito quando se erra é reconhecer o erro. Errar é humano, persistir não é humano. Não vou usar o termo correto para não dizerem que estou querendo falar mal do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Para concluir, presidente, a diferença, quando se fala do balanço, não é pequena. Quando o governo tinha dito publicamente, todos os jornais noticiaram, que tinha 1 bilhão em caixa. Ele tem um déficit de 372 milhões. Muito maior do que eu havia denunciado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor.

O Sr. GABAN:- Concluo dizendo e conclamando esta Casa, acho que a sugestão dada pelo deputado Heraldo Rocha é pertinente. Vamos chamar o conselheiro Pedro Lino e os auditores do Tribunal de Contas do Estado. Foram eles que fizeram as auditorias e deram os instrumentos para leitura do conselheiro Pedro Lino. Assim como foi feita a leitura pelo ex-deputado e atual conselheiro do Tribunal Zilton Rocha nas contas de 2007.

Muito obrigado.

(Revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Com a palavra o Líder do PT ou do governo para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

Deputado Waldenor, do PT, Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Waldenor Pereira:- Falará por todo o tempo o deputado Isaac Cunha.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Isaac Cunha por até 9 minutos.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, jovens colaboradoras e funcionárias desta Casa desse trabalho de registro, o que me traz nesta tarde a esta tribuna são algumas falas anteriores. Quero dizer aos senhores que o secretário da Saúde, Dr. Jorge Solla, mostrou a toda a Bahia o que todos já sabíamos: que, em matéria de saúde, o ex-governador Paulo Souto deveria ficar quieto. Ele não poderia se manifestar acerca desse assunto, pois ele foi omissos e incompetente para com a saúde da Bahia em seu governo.

O governo do PFL – todos da Bahia conhecem a situação desastrosa em que foi encontrado o Estado pelo nosso governador Jaques Wagner – é o grande responsável pela forma como se encontra atualmente a saúde da Bahia.

(Lê) “Na saúde, o governo Paulo Souto deixou uma dívida de mais de 205 milhões de reais. Deste total, mais de R\$ 15 milhões referentes a repasses para o SAMU que não foram pagos por ele e quase R\$ 40 milhões de medicamentos básicos que não foram adquiridos na sua gestão.

Deixou de aplicar quase R\$ 5 milhões em ações de combate à dengue que deveriam ter sido feitas com recursos do governo do Estado.

Da dívida deixada por Paulo Souto na área da saúde, quase R\$ 72 milhões não tinham sido contabilizados por sua gestão. Mais de R\$ 17 milhões foram relativos a convênios assinados em 2006 às vésperas do processo eleitoral com municípios baianos e que não foram pagos.

Ainda no primeiro ano de governo Wagner, foram pagos quase 80% da dívida deixada por Paulo Souto na área de saúde.

O grande feito de Paulo Souto na saúde foi, sem sombra de dúvidas, ter fechado a Bahiafarma. A Bahia tinha uma das maiores fábricas públicas de medicamentos, que produzia, entre outros itens, a maior parte dos medicamentos para tratamento de tuberculose no Brasil. Fechou a fábrica e deixou os equipamentos como presente de grego para a UEFS. Até hoje esta universidade paga aluguel de um galpão para guardar o espólio da Bahiafarma – um conjunto de equipamentos que ficaram obsoletos e dando despesa desnecessária a essa universidade estadual.

No governo Paulo Souto, as empresas que foram alvo da Polícia Federal na investigação levada a cabo e que desbaratou esquemas contra os recursos públicos dominavam os contratos nos hospitais estaduais, especialmente nas áreas de limpeza e vigilância. O governo Wagner desmontou os esquemas, contratou novas empresas, aumentando os serviços prestados, ampliando os postos de trabalho e reduzindo o custo destes serviços;

O governador Paulo Souto não fez os investimentos devidos para ampliar as unidades de saúde existentes. Através do Projeto Saúde Bahia, com recursos do Banco Mundial, até o final de seu governo, em dezembro de 2006, construiu apenas 51 novas unidades de saúde da família. Wagner apenas no ano de 2007 concluiu 53 novas unidades de saúde da família.

Nos 16 anos anteriores ao governo Wagner, dos quais oito sob o governo Paulo Souto, não foram feitos investimentos para aumentar os leitos públicos em hospitais de emergência em Salvador. O último hospital público de emergência construído na capital foi o Hospital Geral do Estado (HGE), iniciado no governo do grandioso e valoroso governador Waldir Pires.

Com isso ficou um grande déficit na oferta de leitos na capital para atendimento de urgência/emergência. Cabe destacar que das 20 maiores capitais brasileiras, Salvador é a única que não tem nenhum hospital público municipal e não tem nenhum hospital privado (filantrópico ou lucrativo) com emergência funcionando pelo SUS. O governador Wagner está fazendo a maior ampliação de leitos em hospitais públicos estaduais.

Serão mais de 1.100 novos leitos ampliando o acesso da população à internações hospitalares. Já foi inaugurado o Hospital de Irecê, este ano entrarão em funcionamento o novo Hospital de Juazeiro e o Hospital do Recôncavo (Santo Antônio de Jesus), e, em 2010, serão inaugurados o Hospital da Criança (Feira de Santana) e o Hospital do Subúrbio (um novo HGE), em Salvador. Além desses, estão sendo ampliados leitos em diversos hospitais, entre eles: mais 100 leitos no Hospital Eládio Lassere em Cajazeiras (passando de 50 para 150), mais 100 leitos serão abertos no Hospital São Jorge, já foram inaugurados 60 novos leitos no Hospital Cleriston Andrade em Feira de Santana, novos leitos de UTI no Hospital Manoel Vitorino, Hospital de Base de Vitória da Conquista, etc.”

Sem falar no Hospital Geral Padre Valadares, em Jequié, que, quando foi entregue a nosso governo estava em péssimas condições e , hoje, encontramos-lo funcionando, dando conta da atividade para a qual foi originado. É preciso dizer que Jequié e região têm um hospital regional muito bem servido.

(Lê) “Além de não ampliar a capacidade instalada hospitalar, o governo Paulo Souto deixou que fosse sucateadas as unidades hospitalares existentes, que foram encontradas, quase todas, com grandes problemas de estrutura física e falta de manutenção.” Foi dessa forma que o hospital de Jequié foi encontrado.

(Lê) “O governo Paulo Souto não participou da instalação do SAMU na Bahia. Ficou devendo mais de R\$ 15 milhões aos municípios que tomaram iniciativa de instalar esse importante serviço com o Ministério da Saúde. O governo Wagner, em 2007, pagou aos municípios o equivalente a três anos de participação financeira do Estado da Bahia no financiamento do SAMU e coordenou um grande projeto de ampliação desse serviço, que hoje já atende a mais de 43% da população baiana, e já estão sendo negociados com o Ministério da Saúde novos projetos para ampliar ainda mais o acesso ao SAMU;

No final da gestão Paulo Souto, menos de 5% dos agentes comunitários de saúde (ACS) na Bahia tinham seus vínculos de trabalho assegurados e seus direitos trabalhistas garantidos. O mesmo ocorria com os agentes de controle de endemias (ACE). Com o trabalho efetivado pelo Governo Wagner em parceria com o Ministério Público Federal do Trabalho, Ministério Público Estadual, representações dos Secretários Municipais de Saúde, Prefeitos e agentes de saúde, foi possível

induzir a regularização do vínculo dos ACS e ACE. Em apenas dois anos, alcançamos mais de 85% dos agentes comunitários de saúde com vínculo e direitos trabalhistas garantidos. Além disso, o governo estadual já capacitou mais de 11.000 agentes comunitários de saúde e está comprando e entregando, no meio deste ano, fardamento para todos os ACS e ACE.”

Estou dizendo isso pelo que falam do nosso governo. Não posso me calar diante do que é dito, até porque não tem como nenhum cidadão fazer críticas à saúde da Bahia. O nosso governo, de certa forma, está garantindo aos cidadãos baianos o acesso à saúde pública, que é necessária e justo que exista.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ISAAC CUNHA:- “Em matéria de Saúde, Paulo Souto tem é que pedir desculpas, de joelhos, ao povo baiano, pela sua falta de competência administrativa e omissão com relação à saúde dos baianos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o tempo é curto, voltarei a tratar desse assunto posteriormente”, até porque é o resgate do povo, que precisa tomar conhecimento desses dados. Assim como estamos nesta Casa para representar o povo, também é para falar para ele o que ocorre e o que o novo governo está fazendo na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento, assinado por mais de 21 Srs. Deputados, que, com base no que dispõe o inciso II, art. 92, do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento da presente, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: requerimento de urgência nº 6.810/2009, para o Projeto de Lei nº 17.997/2009; requerimento de urgência n.º 6.825/2009, para o Projeto de Lei nº 17.400/2008; requerimento de urgência n.º 6.826/2009, para o Projeto de Lei nº 17.912/2008; requerimento de prioridade nº 6.827/2009, para o Projeto de Lei 17.987/2009; requerimento de prioridade nº 6.828/2009, para o projeto de lei nº 17.984/2009; requerimento de prioridade nº 6.829/2009 para o projeto de lei nº 17.978/2009; requerimento de prioridade 6.830/09 para o projeto de lei nº 17.979/2009.

Srs. Deputados, vou prorrogar a sessão...

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho.

(...) vou propor a V.Ex^{as} prorrogar a sessão por mais 20 minutos para votar os projetos dos deputados na Ordem do Dia.

Srs. Deputados, deputado Elmar, concederei uma questão de ordem a V.Ex^a Deputado João Carlos, estou propondo prorrogar a sessão ordinária por mais 20 minutos para votar os projetos dos deputados, aqueles que são por dispensa de formalidades.

Em votação a prorrogação da sessão ordinária por 20 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram (Pausa). Aprovada.

Srs. Deputados, são os projetos que foram acertados entre os líderes partidários; os outros, na sessão extraordinária.

Questão de ordem do nobre deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, assim que cheguei aqui às 13h marquei a minha presença no plenário. Gentilmente, o 2º secretário, meu colega deputado Júnior Magalhães, ligou-me há pouco. Falei no Pequeno Expediente que o meu nome estava constando como ausente.

Eu queria sugerir a V.Exª que incluísse um documento, até porque em função da resolução da Mesa implica em desconto no salário, tipo ata, porque o painel eletrônico regimentalmente não existe, mas um documento onde possamos assinar e que dê segurança aos deputados, inclusive à Mesa quando determinar proceder os descontos no salário, porque o painel eletrônico, como o computador, qualquer aparelho eletrônico é passível de engano, de erro, e eu dei presença, tanto que pedi, falei e discursi no Pequeno Expediente, infelizmente o meu nome não constava.

A segunda questão, com relação ao desconto, é que hoje está-se procedendo uma votação por acordo, e não temos como saber se vai ter votação ou não. Então, o deputado que está ausente do plenário hoje pode ser descontado sem que ele tivesse... porque o acordo está suplantando o que não existia sequer na Ordem do Dia. O deputado toma a informação com o secretário da Mesa que não tem matéria na Ordem do Dia, e por acordo os líderes resolvem colocar; ele toma uma falta e em consequência disso é descontado do seu salário.

Às vezes aparece uma viagem, o deputado Adolfo comparece a uma viagem para Feira de Santana, ele olha na Ordem do Dia às 15h, não tem nada para votar, ele viaja, às 16h aparece uma votação em função de um acordo de liderança; neste caso, a Mesa que deliberasse, porque não há como descontar, penalizando uma pessoa que não tinha conhecimento do fato.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, percebi que V.Exª não havia dado presença, eu registrei aqui. Conversando com o deputado Júnior Magalhães, disse-lhe que iria abonar a falta porque vi V.Exª. É apenas um equívoco do pessoal, e, diga-se de passagem, são até atentos, eles avisam, realmente foi um equívoco, e V.Exª teria o abono de minha parte...mas o deputado chega e assina com antecedência, vai ser uma burocracia. Apesar do que V.Exª coloca...

(O deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, dificilmente vai ter um equívoco, o deputado quando dá presença geralmente ele olha. O que aconteceu com V.Exª é que houve um equívoco, V.Exª pensou que havia dado presença e, na realidade, não deu. Confesso que só percebi depois que o deputado Júnior Magalhães me alertou. Então, se realmente continuar esse equívoco, a gente pode colocar até uma lista para o deputado assinar, mas é ruim, porque vai voltar à burocracia.

Quero dizer a V.Exª, e aí discordo do deputado, hoje é quarta-feira, tem aqui 7 deputados que não estão presentes, eles terão falta, porque sabem que terça e quarta-feira tem votação.

(O deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem, deputado. Mas eu não posso, aí é problema dos líderes. Entenda o que estou dizendo. Como posso cortar do deputado que não vota projeto do governo e não vou cortar do deputado que vota um projeto do Poder Legislativo? Veja bem, deputado Elmar, o projeto de resolução é de qualquer projeto, ou do Executivo ou do Legislativo.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Acho que seria um erro nosso não cortar do deputado que não veio votar os projetos dos Srs. Parlamentares, entenda o que estou dizendo. Se por acordo de liderança quiserem adiar os projetos dos deputados para a próxima terça-feira para que os deputados não tenham falta... Acho um equívoco, porque, veja bem, eu lhe confesso de coração: os deputados têm o dever de estar aqui terça e quarta-feira. Se for votação dia de segunda ou de quinta-feira, aí, sim, seria atípica, porque temos obrigação de avisar. Mas acho um erro se abonarmos na votação dos projetos dos deputados. Se eu cortar do deputado só na votação do projeto do Executivo...

O Sr. Elmar Nascimento:- Não é quando tem acordo de liderança.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- No acordo de liderança, não vamos cortar o ponto do deputado que não está no momento, mas do que não esteve na sessão não tenho como não cortar. Entenda o que estou dizendo: acho que não é justo, porque o deputado veio aqui, deu presença. Agora, na hora da votação por acordo não cortamos o ponto daqueles que tiveram presença durante o dia.

(Vários Srs. Deputados falam fora do microfone.)

Se os líderes quiserem adiar para terça-feira, não tem problema nenhum. Posso até...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, deputado Elmar, se V.Ex^{as} quiserem que eu adie para terça-feira a votação desses projetos dos deputados, não tem problema nenhum, mas quero dizer que não temos obrigação de estar avisando...

O Sr. Heraldo Rocha:- Agradeceria a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deixo para terça-feira, não tem problema, para não cortar o ponto dos Srs. Deputados.

O Sr. Heraldo Rocha:- Está bom.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, a votação fica adiada para a próxima terça-feira, inclusive, deputado, já estaremos trazendo mais sete para a próxima terça-feira, quando votaremos, então, os catorze. Assim, por acordo de liderança fica para a próxima terça-feira.

Vou encerrar a sessão e entrar na extraordinária.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:-Sr. Presidente, dentro da leitura que V.Ex^a fez da votação do regime de urgência para alguns projetos, pelo que me parece consta um relativo ao meio ambiente. V.Ex^a confirma?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Confirmo. É o da Zona de Proteção

Visual, não é isso?

O Sr. Gaban:- Perfeito. Gostaria até de chamar a atenção do Líder Waldenor, porque o Exmº Sr. Governador já publicou, sobre esse mesmo projeto, no Diário Oficial, se não me falha a memória no dia 28, um decreto regulamentando exatamente isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não é esse, não.

O Sr. Gaban:- Sabe como eu vi isso, deputado? Ah, não é aquele...Ele, inclusive, anunciou lá no município de Luís Eduardo, na abertura da feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É outro assunto, deputado. Por favor.

O Sr. Gaban:- Então, não é aquele... É que fiz uma leitura rápida...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica acertada a votação para a próxima terça-feira e eu trago mais sete para votarmos os 14 projetos. Tudo bem?

Vamos votar na Ordem do Dia, por acordo pode, a urgência da Zona de Proteção Visual.

Deputado Waldenor, por acordo, vamos votar, na Ordem do Dia desta sessão ordinária, a urgência do projeto da Zona de Proteção Visual.

Srs. Deputados, há um requerimento, assinado pelo Líder do governo que requer, nos termos do art. 174, inciso II, do Regimento Interno desta Casa, urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 17.997/2009, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da Política de Desenvolvimento Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, sobre o uso e ocupação na Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona de Manejo Especial da APA e do Litoral Norte, e dá outras providências.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovada a urgência, por unanimidade.

Como não há mais acordo, declaro encerrada esta sessão, lembrando que há uma convocação de sessão extraordinária a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta, para votação desse requerimento. Aí, já vai ser sem acordo. Sem acordo, vamos para uma sessão extraordinária para votarmos este projeto.

Está encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*